

GOVERNADOR

Maurício 33 Coelho

VICE **DR. WAGNER MALHEIROS**

A man with dark hair, wearing a dark suit jacket over a light blue button-down shirt, stands in the foreground. Behind him is a cityscape constructed from blue and white building blocks, resembling a LEGO set. The background includes a clock tower on the left, a large multi-story building in the center, and a ship on the water to the right. The sky is also made of white blocks.

**PARA TORNAR
GRANDES OS
PEQUENOS**

PLANO DE GOVERNO

*“Porque tive fome,
e me destes de comer;
tive sede,
e me destes de beber;
era forasteiro,
e me hospedastes;
estava nu,
e me vestistes;
enfermo,
e me visitastes;
preso,
e fostes ver-me”*

– Mateus 25:35-36

Sumário

Manifesto

Reversão das Renúncias Fiscais Desnecessárias

- Luz sem imposto
- Carro flex sem IPVA
- Cartão Trabalho
- Bairro Novo, trabalho perto
- Fundo Soberano Mato-Grossense
- Aposentadoria Sem Desconto
- Fundo Mato-Grossense de Cuidado para Doenças Raras
- Infraestrutura participativa

Recursos Humanos

- Reverter o fim do FETHAB 2 para pagar a RGA em parcela única
- Comprar 100% da dívida consignada dos servidores públicos
- Cuidar da disposição biológica dos servidores
- Vigilância de Clima Organizacional
- Formação que leva a algum lugar

Poder de Compra

- Comida e combustível baratos
- Choque do Aluguel Barato

Educação

- Aprendizado para domínio, tempo variável e personalização do ensino
- Ensino orientado a projetos
- Formação para serviços complexos, ensino técnico e trabalho

Saúde

- Choque de Hospitalidade: dignidade não custa caro
- A Verticalização do Diagnóstico
- Intensificar Programas Cirúrgicos
- Socorro aos municípios: reerguendo a base do sistema
- Mato Grosso Sem Dor
- Força-tarefa contra a fraude
- Contratos de Performance

Segurança

A Máquina de Guerra
Segurança Orientada por Projeto (SOP)
Segurança por Design Urbano
Polícia por Desempenho
A Devolução do Espaço Público

Turismo

Crédito de Juro Zero — Fundo Mato-Grossense de Inovação Turística (FIT)
Comercialização Global do Turismo Mato-Grossense
Qualificação de Produtos Turísticos de Alto Valor
Cuiabá: Centro de Negócios da América do Sul

Meio Ambiente

Produzir mais sem abrir novas áreas
Água e território vivos
Estado Ambiental Inteligente
Cidades limpas: resíduos que viram renda

Infraestrutura

Mato Grosso Multimodal
Infraestrutura para a vida regional

O Outro Destino de Mato Grosso

MANIFESTO

Por que os barões exportadores não devem decidir políticas públicas

Não deveríamos querer os barões mato-grossenses tomando as decisões políticas do nosso Estado. Não se trata de intransigência, ressentimento ou oposição à riqueza. Trata-se de lógica econômica — e pretendo demonstrá-la.

Nos estados em que a população alcançou maior bem-estar financeiro, as grandes companhias exportadoras costumam ser despersonalizadas: empresas diluídas em um vasto corpo acionário, sem dono identificável. Sem dono, não há nas empresas exportadoras financiadores de grupos políticos. Raramente surge, nesses lugares, um líder político amparado por um grande exportador.

Aí, o poderio econômico que influencia a política pertence ao empresariado que produz e vende para o mercado local. E quem tem como cliente a economia interna do estado decide com atenção ao bem-estar das pessoas — não por generosidade, mas porque sua receita depende dela.

De forma simples: quem vende na própria cidade se beneficia da alta de salários, porque vende mais — ainda

que também pague um pouco mais aos seus colaboradores. Já quem produz para exportação se preocupa com tudo o que afeta a produção — logística, infraestrutura, taxas, regulamentação —, mas não tem incentivo econômico para se preocupar com o bem-estar do povo local. O povo local não é seu cliente.

A bem da verdade: se para o comerciante é melhor abrir a loja num bairro próspero do que num bairro pobre, para o exportador a pobreza — desde que não comprometa a infraestrutura — é lucrativa. Significa salários mais baixos e custos de produção menores.

Mato Grosso vive, portanto, uma armadilha política: na maioria das vezes, as nossas decisões são tomadas por representantes e amigos daqueles que não se beneficiam da melhoria do bem-estar econômico local.

O contra-argumento é conhecido: o agronegócio gera empregos, paga impostos e alimenta a arrecadação. É verdade. Mas a questão não é o que o setor produz — é o que o Estado deixa de fazer quando só ele decide.

Quando quem comanda a política não depende da prosperidade local, o governo se torna eficiente para escoar a produção e ineficiente para melhorar a vida. A estrada chega ao porto antes de chegar ao bairro. O

incentivo fiscal chega ao grande grupo antes de chegar ao pequeno. O orçamento cresce, mas o custo de vida cresce junto.

O resultado está à vista: produzimos como potência e vivemos como periferia. Exportamos soja e importamos fertilizante. Exportamos energia e, ainda assim, pagamos a terceira conta mais cara do país dentro de nosso próprio estado. Temos mais cabeça de gado que qualquer outro canto brasileiro e, em razão dos preços internos, nossa gente consome menos carne que um cidadão-médio no Amapá ou no Acre.

O nosso projeto não é contra quem produz. É contra quem decide sozinho o destino de todos. O produtor continuará produzindo — e lucrando. A diferença é que o Estado deixará de ser a porteira aberta por onde a riqueza vai embora e passará a ser o instrumento que a faz chegar à mesa, ao bolso e à vida do mato-grossense.

Mato Grosso não precisa escolher entre crescer e viver bem. Precisa de um governo que faça uma coisa produzir a outra.

Esse é o nosso outro destino: um estado grande para quem exporta — e bom para quem fica.

Reversão das Renúncias Fiscais Desnecessárias

O dinheiro que volta para o bolso do povo

Mato Grosso renuncia a R\$ 15 bilhões por ano em incentivos fiscais. O Tribunal de Contas do Estado auditou esse dinheiro e percebeu que metade deste montante fica com apenas 30 empresas.

Incentivos fiscais podem ter funções legítimas: atrair empresas, gerar empregos, desenvolver regiões. Mas o incentivo que vai para quem já é grande, que já está instalado, que não gera emprego novo e que ainda leva o dinheiro para fora do estado não é política de desenvolvimento — é transferência de renda de baixo para cima. O povo paga o imposto que o barão não paga.

Vamos reverter R\$ 10 bilhões dessas renúncias — e devolver o dinheiro a quem trabalha e consome em Mato Grosso. Não em programas assistenciais: em poder de compra, em imposto zerado, em capital para quem empreende. A conta de luz sem ICMS. O carro flex sem IPVA. O trabalhador de baixa renda com dinheiro no bolso para gastar no comércio da própria cidade. O pequeno negócio do bairro com imposto menor que o do shopping. O jovem com uma ideia de software recebendo capital para começar. O aposentado sem desconto no contracheque. O pai de uma criança com doença rara sem precisar de liminar para conseguir o remédio.

É a maior redistribuição de renda da história de Mato Grosso — sem criar um único imposto novo. Apenas devolvendo ao povo o que o estado entrega a poucas empresas.

PROPOSTAS:

Luz sem imposto

A energia elétrica não é luxo. É o que ilumina a casa, conserva a comida, mantém o comércio aberto e permite que uma criança estude à noite. Mato Grosso tem hoje a terceira energia elétrica mais cara do país, perdendo apenas para o Pará e o Rio de Janeiro.

O ato de zerar o ICMS da energia vai reduzir a conta de luz em 17%, custando R\$1 bilhão ao ano para o estado e aliviando as famílias mato-grossenses.

Carro flex sem IPVA

Mato Grosso cobra IPVA de 2% a 3% sobre os automóveis, conforme a potência e o tipo do veículo. Para uma família que já paga caro por combustível, seguro,

manutenção e financiamento, o imposto anual é mais uma cobrança.

Ao deixar de renunciar em massa aos tributos devidos por grandes empresas, será possível usar do que elas pagarão para realizar o corte do IPVA em carros flex.

A medida terá custo estimado de R\$ 1,8 bilhão por ano para o Estado. Não é um custo escondido. É uma escolha explícita: deixar o dinheiro no bolso de quem trabalha, se desloca e sustenta a economia todos os dias.

Os municípios, contudo, não perderão receita. A Constituição destina 50% do IPVA ao município onde o veículo é licenciado. Por isso, cada real que deixar de ser repassado pela desoneração será substituído integralmente pelo Governo do Estado, por meio de encontro de contas.

A medida se limita a carros flex por necessidade de se adequar à legislação federal. O IPVA é imposto nacionalmente legislado, nenhuma renúncia a esta receita pode ser total. O carro flex é movido também a Etanol, um combustível limpo e que é produzido em Mato Grosso.

Cartão Trabalho

Quem recebe até dois salários mínimos não guarda o salário. Paga aluguel, transporte, comida, remédio e as pequenas despesas que sustentam a vida. Quando esse trabalhador recebe menos, não é apenas a sua casa que sente. O comércio da cidade sente junto.

Vamos criar o Cartão Trabalho: um crédito mensal de R\$ 200 para cada trabalhador com carteira assinada que receba até dois salários mínimos. O crédito deverá ser usado durante o próprio mês e exclusivamente no comércio do município onde o trabalhador exerce sua atividade. Não será dinheiro parado. Será dinheiro circulando.

O crédito que não for utilizado no mês perderá a validade. Essa regra impede a acumulação e garante que o programa cumpra sua função: levar consumo imediato às lojas, aos restaurantes, às farmácias, aos pequenos serviços e aos demais estabelecimentos que vivem da economia local.

Com o décimo terceiro crédito anual, o custo bruto estimado do programa será de R\$2,2 bilhões. A estimativa econômica é que esse dinheiro gere R\$3,5 bilhões em

movimento adicional aos comércios – por meio de efeito multiplicador. Parte desse dinheiro, retorna aos cofres do Estado na forma de ICMS. O custo líquido estimado da medida é de R\$1,75 bilhão.

A conta é diferente da assistência sem direção. O Estado não entrega dinheiro para o recurso sair imediatamente da economia local. Entrega poder de compra a quem trabalha, limita o uso à cidade onde o trabalho acontece e faz o crédito desaparecer se não for utilizado. O trabalhador recebe. O comércio vende. O Estado recupera parte do investimento.

O Cartão Trabalho é salário que circula, comércio que reabre e emprego privado que volta a existir. É uma política para quem trabalha — e para as cidades que dependem do trabalho.

Bairro Novo, trabalho perto

O dinheiro se concentra onde a economia já é forte. A periferia continua recebendo moradia sem receber comércio, serviço e emprego perto de casa.

O resultado é uma vida ruim: horas no trânsito, bairros desérticos, custo elevado de transporte, menos tempo para

a família.

Este efeito é conhecido por qualquer família que se mudou para um conjunto habitacional novo: a casa está pronta, mas a farmácia fica longe; o mercado fica longe; o trabalho continua longe. O Estado constrói o endereço e deixa o restante da vida para depois.

Vamos criar um regime de ICMS diferenciado para empresas que se instalem em bairros novos e áreas periféricas definidas por critérios objetivos. O benefício alcançará o comércio e os serviços que atendam diretamente aos moradores: mercados, farmácias, restaurantes, oficinas, salões, lojas, serviços profissionais e outras atividades necessárias à vida cotidiana.

O incentivo não será entregue a uma placa na fachada. Será condicionado ao funcionamento efetivo do estabelecimento, à emissão regular de notas fiscais, à manutenção da atividade e, quando houver, à criação de empregos formais. A empresa que apenas mudar o endereço no papel não receberá benefício. A que abrir as portas onde as pessoas moram terá prioridade.

A política de incentivos precisa deixar de premiar apenas quem já venceram. Vamos usar o ICMS para fazer o trabalho chegar antes — e junto — da moradia popular.

A casa será perto do comércio. O comércio será perto do trabalhador. E o trabalhador não precisará atravessar a cidade para encontrar uma oportunidade.

Fundo Soberano Mato-Grossense

Mato Grosso sabe produzir riqueza. O que ainda não sabe é transformar essa riqueza em patrimônio próprio. Exportamos produtos valiosos, mas não construímos empresas globais de serviços, softwares e tecnologia. O jovem talentoso precisa sair do Estado para encontrar capital. O investidor precisa sair do Estado para encontrar oportunidade. E o Estado continua financiando o presente, sem construir o futuro.

Vamos criar o Fundo Soberano Mato-Grossense, com aportes anuais de R\$ 500 milhões para investir em empresas de serviços e software com capacidade de crescer no mercado nacional e internacional. O fundo não será um banco para emprestar dinheiro. Será sócio das empresas. Entrará com capital, governança, mentoria e acesso a mercados — e sairá quando a empresa alcançar valor suficiente para ser vendida ou abrir seu capital.

o fundo será voltado prioritariamente a serviços e softwares de visão global. Jovens mato-grossenses terão

capital para transformar conhecimento em empresa. Talentos de outros estados e países terão motivo para se mudar para cá. O capital privado encontrará negócios já estruturados para receber novos investimentos. A riqueza deixará de sair apenas do solo. Começará a nascer também das ideias.

A gestão será profissional, transparente e protegida da escolha política: gestor selecionado por chamada pública, critérios técnicos de investimento, comitê independente, divulgação periódica da carteira e auditoria dos aportes e das saídas. O Estado será sócio, não dono da empresa. Quem tiver a melhor ideia e a melhor execução receberá a oportunidade, sem precisar de padrinho.

Quando uma empresa investida for vendida, o dinheiro não voltará para financiar indefinidamente novas operações. Será destinado a uma reserva de benefício social. Depois de descontados os custos da operação, o resultado será distribuído aos idosos de Mato Grosso que comprovarem pelo menos 25 anos de trabalho no Estado. Será uma segunda aposentadoria: paga não pelo imposto do presente, mas pelo patrimônio construído com as empresas do futuro.

O Fundo Soberano Mato-Grossense fará duas coisas ao mesmo tempo. Dará aos jovens a chance de construir

riqueza. Dará aos idosos uma parcela da riqueza que ajudaram a construir.

Mato Grosso não será apenas o lugar onde a riqueza é produzida. Será o lugar onde a riqueza permanece, se multiplica e volta para quem trabalhou para que ela existisse.

Aposentadoria Sem Desconto

O servidor trabalhou a vida inteira para receber uma aposentadoria. Depois que se aposenta, o Estado continua retirando dinheiro do seu contracheque. Em Mato Grosso, a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas civis é de 14% sobre a parcela que excede um salário mínimo enquanto persistir o déficit atuarial. Para os militares, a cobrança segue uma tabela própria, de 10,5% até R\$ 9 mil e 14% sobre o excedente.

Vamos retirar esse desconto dos aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso. Quem já cumpriu sua parte não pode ser transformado em fonte permanente de ajuste fiscal. A aposentadoria não é favor do governo. É renda formada por uma vida de trabalho.

A objeção é conhecida: o MTPrev tem déficit e a

contribuição ajuda a custear o sistema. A resposta também é simples: o Estado não vai esconder o custo nem retirar dinheiro do fundo previdenciário. Vai assumir, no orçamento, a receita que deixar de ser descontada. A responsabilidade pelo equilíbrio do regime continuará sendo do Tesouro, como já é quando os recursos do sistema não bastam para pagar os benefícios.

Para cobrir o fim dos descontos, destinaremos R\$650 milhões anuais adicionais ao fundo de previdência dos servidores de Mato Grosso.

Fundo Mato-Grossense de Cuidado para Doenças Raras

Uma família que recebe o diagnóstico de uma doença rara já enfrenta medo, desconhecimento e despesas que não cabem no orçamento. O Estado não pode acrescentar uma quarta dificuldade: obrigá-la a procurar um advogado para conseguir o tratamento.

O SUS possui uma Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras desde 2014. Também possui o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, com protocolos clínicos, avaliação técnica e dispensação de medicamentos. Ainda assim, o CNJ registrou cerca de 600 mil novos processos de

judicialização da saúde pública entre janeiro de 2024 e agosto de 2025. Em Mato Grosso, mais de 80% das liminares de saúde pública foram deferidas, indicando que o paciente tinha direito de acessar o tratamento que o Estado se nega a entregar.

Vamos criar o Fundo Mato-Grossense de Cuidado para Doenças Raras e Tratamentos de Alta Complexidade, com aporte anual de R\$ 300 milhões. O fundo dará cobertura a necessidades comprovadas, inclusive quando o tratamento ainda não estiver disponível pela via administrativa regular do SUS, desde que exista indicação médica fundamentada e avaliação técnica independente.

O pedido será analisado por uma equipe especializada, com diagnóstico confirmado, relatório médico, evidências disponíveis, avaliação de alternativas terapêuticas e acompanhamento do resultado. A decisão terá prazo definido. Haverá recurso administrativo. As autorizações, os gastos e os resultados serão publicados sem expor os dados pessoais dos pacientes.

Não será um cheque em branco para a indústria farmacêutica. Também não será uma fila escondida atrás de uma comissão. Será uma porta pública, rápida e fundamentada para quem hoje precisa atravessar o Judiciário para ser ouvido.

Doença rara não pode produzir uma família com direitos rareados. Em Mato Grosso, o tratamento será decidido por medicina e necessidade — não pela capacidade de contratar um advogado.

Infraestrutura participativa

O agronegócio é o setor que mais pressiona a infraestrutura logística de Mato Grosso. A produção cresce todos os anos. As estradas, pontes e acessos continuam recebendo a mesma cobrança sem receber a mesma resposta.

Quem produz conhece o problema antes de ele aparecer no relatório. Sabe qual ponte está cedendo, qual estrada interrompe o transporte na chuva e qual trecho aumenta o custo de cada tonelada. Não faz sentido o Estado decidir tudo dentro de um gabinete distante de quem usa a estrada todos os dias.

Vamos reservar R\$ 1 bilhão por ano para uma carteira de Infraestrutura Participativa. Produtores, cooperativas, transportadores, municípios e comunidades poderão apontar as obras necessárias em cada região. O Estado organizará os pedidos, publicará os critérios e executará as prioridades aprovadas.

A participação não dará ao setor privado o direito de escolher obras para benefício exclusivo de uma fazenda. O apontamento será ouvido. A decisão obedecerá a critérios públicos: segurança da estrada, volume de tráfego, impacto sobre o escoamento, acesso a escolas e unidades de saúde, número de pessoas atendidas, custo, urgência e capacidade de execução.

Cada região saberá o que pediu, o que foi aprovado e por que uma obra entrou antes de outra. O produtor terá voz. A população terá controle. O Estado terá a obrigação de executar.

O resultado é simples: quem conhece o gargalo aponta; quem tem orçamento decide com transparência; quem governa entrega.

Recursos Humanos

O servidor público levado a sério

O Estado trata o servidor como despesa. É o primeiro erro da gestão — e o mais caro.

O servidor mato-grossense foi endividado por políticas de crédito que se apresentaram como benefício e operaram como armadilha. O consignado desconta na fonte, antes de o salário chegar à mão de quem trabalhou. Depois, perdeu poder de compra pela negligência do governo com a Revisão Geral Anual: a inflação corroeu o salário e o Estado assistiu, ano após ano, sem reagir.

O resultado é um servidor com a corda no pescoço. E quem está com a corda no pescoço não tem paz de espírito para trabalhar bem. Não atende bem, não planeja, não inova, não se importa. Não por falta de caráter — por falta de ar.

Aí está o maior desperdício econômico da gestão: o Estado paga o salário integral e recebe uma fração do potencial. Paga pelo servidor inteiro e usa apenas o que a angústia deixa passar. Nenhuma empresa sobreviveria assim. O Estado sobrevive porque quem paga a conta é o cidadão.

Vamos inverter a lógica. Primeiro, resolver os problemas do servidor: recomposição do poder de compra, saída das dívidas que o sufocam, condições dignas de

trabalho. Depois, convocá-lo para o projeto: restaurar os meios de vida do estado.

O servidor que tem paz em casa tem ambição no trabalho. É ele quem vai executar a nova educação, a saúde com porta aberta, a retomada do território. Nossos projetos não serão feitos por decretos — serão feitos por gente. E gente endividada, desvalorizada e humilhada não executa projeto nenhum.

Vamos cuidar de quem serve, para que quem serve cuide do Estado.

PROPOSTAS:

Reverter o fim do FETHAB 2 para pagar a RGA em parcela única

O servidor público de Mato Grosso acumula 19,52% de perdas salariais desde 2017, segundo estudo do DIEESE apresentado na Assembleia Legislativa. Não é aumento que se pede — é recomposição do que a inflação consumiu. E não é falta de dinheiro que impede o pagamento: o Estado gasta 37,78% da Receita Corrente Líquida com pessoal, quando o limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal é 44,10%. Há R\$ 2,5 bilhões de folga

antes de qualquer risco fiscal.

O governo, no entanto, escolheu outro caminho. Em abril de 2026, atendendo a pedido da Famato e do Fórum Agro MT, anunciou que não reeditará o FETHAB 2 para 2027. A contribuição adicional, que R\$2 bilhões por ano, deixará de existir — e o servidor continuará esperando.

A escolha é política, não técnica. O FETHAB 2 foi criado por lei e pode ser alterado por lei. Em 2019, o próprio governo destinou 10% dos recursos do FETHAB para saúde, segurança e educação durante a calamidade financeira. Em 2016, contingenciou até 25% para despesas obrigatórias. Se já foi feito antes, pode ser feito de novo — desta vez, para pagar quem trabalha.

Vamos reverter o fim do FETHAB 2 e redirecionar seus recursos para a recomposição salarial dos servidores. A medida exige alteração na Lei 7.263/2000, que hoje distribui o fundo entre obras de infraestrutura, MT PAR, agricultura familiar e assistência social. Essa alteração será proposta à Assembleia Legislativa no primeiro ano de governo.

O impacto vai além do servidor. A Baixada Cuiabana concentra a maior parte dos servidores estaduais. Quando o servidor recebe, o comércio local recebe. O reajuste não é

apenas justiça salarial — é choque de consumo na economia interna, reaquecendo lojas, restaurantes, farmácias e serviços que dependem do poder de compra de quem vive aqui.

O servidor que tem o salário recomposto tem paz para trabalhar.

Comprar 100% da dívida consignada dos servidores públicos

O servidor mato-grossense foi vítima de um esquema que o próprio Estado demorou a ver. Empresas sem autorização do Banco Central operaram como consignatárias. Contratos de empréstimo foram registrados como cartão de crédito — modalidade com juros de 4,5% a 5,5% ao mês, contra 1,7% a 2,2% do empréstimo regular. O resultado: 60 mil endividados.

O governo atual propôs usar R\$200 milhões do MTPrev (dinheiro da previdência dos próprios servidores) para comprar dívidas de até R\$20 mil. É pouco, é arriscado e é injusto: o servidor pagaria com o próprio patrimônio previdenciário por uma fraude que o Estado permitiu.

Nossa proposta é diferente. Vamos constituir um fundo com recursos externos — parceria internacional a juro

baixo — para comprar 100% da dívida consignada dos servidores. O custo estimado é de 5% ao ano de juros mais 7% de hedge cambial, o que equivale a aproximadamente 0,95% ao mês. O prazo será estendido para até 120 meses, o limite legal.

Na prática: um servidor que hoje paga R\$1.000 por mês, verá a parcela cair para cerca de R\$280. A redução é de mais de 70% — sem usar um real do MTPrev, sem comprometer a previdência e sem anular dívidas que precisam ser auditadas.

As dívidas fraudulentas serão identificadas e tratadas separadamente. O fundo comprará apenas os contratos regulares, após auditoria. Os contratos com indício de fraude seguirão o curso judicial já em andamento — com ações coletivas para anulação e ressarcimento.

O servidor não continuará com a corda no pescoço.

Cuidar da disposição biológica dos servidores

O servidor que dorme mal, que não bebe água, que vive com a pressão alta não tratada, não trabalha bem. Não é falta de vontade — é falta de condição biológica. O Estado que exige produtividade precisa primeiro garantir que

quem trabalha tenha corpo para produzir.

Vamos implantar o acompanhamento semanal de sinais vitais — pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio — nos locais de trabalho. Não é exame de admissão nem perícia: é monitoramento contínuo, preventivo, feito por equipe de saúde ocupacional. O servidor que tem hipertensão descobre antes do AVC. O que tem diabetes descobre antes da cegueira. O que tem apneia do sono descobre antes do infarto.

A apneia do sono é epidemia silenciosa. O servidor ronca, para de respirar dezenas de vezes por noite, acorda mais cansado do que dormiu. Vai ao médico, recebe remédio para pressão, para dor de cabeça, para ansiedade — mas ninguém pergunta como ele dorme. Vamos criar, em parceria com o MT Saúde, o programa de diagnóstico e tratamento da apneia: polissonografia para quem tem indicação, CPAP para quem precisa, acompanhamento para quem usa.

Vamos instalar pontos de hidratação em todos os ambientes de trabalho — não bebedouros esquecidos no corredor, mas estações visíveis, com água gelada, e pausas programadas para que o servidor beba água sem pedir licença. A desidratação leve já reduz a concentração e a

memória. O servidor que tem sede e não bebe água porque "não dá tempo" está sendo desperdiçado.

O servidor bem cuidado reflete em serviço público de qualidade.

Vigilância de Clima Organizacional

Mato Grosso já tem lei contra assédio moral — a Lei 11.882, de 2022. Define o que é assédio, prevê penas de advertência a demissão, autoriza comissões de conciliação e acompanhamento psicológico. Mas o servidor não sente essa proteção no dia a dia. A lei está no papel; o medo continua no corredor.

Vamos implantar pesquisas de clima organizacional periódicas — anônimas, obrigatórias, com resultados públicos por órgão. O servidor poderá dizer, sem medo, se é respeitado, se tem condições de trabalho, se confia na chefia. O resultado não será arquivado: órgãos com clima ruim terão plano de ação obrigatório, com prazo e responsável.

Vamos atuar diretamente na satisfação do servidor em ir ao trabalho. Não é luxo: é condição de produtividade. O servidor que teme o ambiente de trabalho adocece, falta,

produz menos. O que é bem tratado, respeitado, ouvido, trabalha melhor e serve melhor o cidadão.

Vamos remover com velocidade quaisquer assediadores. A lei prevê processo administrativo com ampla defesa — e será cumprida. Mas o afastamento cautelar durante a apuração será a regra, não a exceção. O servidor que denuncia não pode continuar trabalhando sob o comando de quem o assedia.

O servidor que tem paz no trabalho tem disposição para servir. O Estado que protege quem serve tem autoridade para cobrar resultado.

Formação que leva a algum lugar

A Escola de Governo de Mato Grosso existe. Oferece cursos de licitação, direito administrativo, gestão pública, saúde mental, inteligência artificial. São gratuitos, online, abertos a todos os servidores. Mas quem termina um curso não sabe para que serviu. Não há trilha, não há direção, não há consequência na carreira. O servidor se capacita por vontade própria — e a vontade própria cansa quando não leva a lugar nenhum.

Vamos inverter a lógica. Os cursos da Escola de

Governo serão organizados em trilhas vinculadas aos projetos do plano: educação, saúde, segurança, infraestrutura, gestão. O servidor que concluir uma trilha terá direito a progressão de carreira — não por tempo de casa, não por indicação política, mas por capacitação comprovada.

O Estado oferece o caminho, o servidor escolhe percorrê-lo, e quem percorre cresce. A progressão por capacitação já existe no serviço público federal — a Lei 11.091/2005 garante ao servidor técnico-administrativo o direito de subir na carreira ao completar cursos. Vamos trazer o mesmo princípio para Mato Grosso.

O servidor que se forma para executar o projeto de educação por projetos, de saúde com porta aberta, de retomada do território, não está apenas cumprindo tabela. Está construindo a própria carreira enquanto constrói o Estado.

O servidor que vê futuro no trabalho tem motivação para executar.

Poder de Compra

Choque da comida, combustível e moradia baratas

A renda de uma família não se mede apenas pelo que entra em sua conta. Mede-se pelo que permanece depois que ela paga a comida, o combustível e o aluguel.

Mato Grosso produz alimentos, energia e riqueza em escala nacional. Ainda assim, o trabalhador mato-grossense paga caro para comer, abastecer o carro e morar. A contradição não é pequena. É o retrato de uma economia que produz muito, mas devolve pouco à vida de quem vive aqui.

Não basta aumentar a renda se o preço de tudo aumenta junto. Um salário maior, consumido por um aluguel maior, por uma cesta mais cara e por um tanque que custa mais a cada semana, não representa prosperidade. Representa apenas uma corrida para permanecer no mesmo lugar.

Também não é verdade que o Estado nada pode fazer diante dos preços. O governo não controla a Bolsa de Chicago nem decide sozinho o preço internacional do petróleo. Mas pode reduzir os custos que dependem de suas escolhas: fertilizantes, gás, energia, combustível, logística, tributação e moradia.

É aí que começa o nosso projeto de poder de compra. Não com um benefício passageiro, mas com uma

intervenção sobre os custos que comprimem a renda todos os meses. A comida mais barata devolve dinheiro à família. O combustível mais barato devolve mobilidade. A moradia mais barata devolve tempo, segurança e capacidade de planejar o futuro.

O Estado deixará de observar a riqueza de Mato Grosso passar pela sua porta. Usará essa riqueza para produzir aquilo que a população mais precisa: uma vida que caiba dentro do salário.

As propostas a seguir formam o primeiro choque de poder de compra do nosso governo: comida, combustível e moradia baratos para que o mato-grossense não apenas trabalhe mais, mas consiga viver melhor com o que ganha.

PROPOSTAS:

Comida e combustível baratos

Mato Grosso produz soja, milho, carne e etanol em escala nacional. Mesmo assim, sua população paga caro para comer e para se deslocar. O problema não está na falta de produção. Está no fato de que os custos e os preços são definidos longe de quem produz e de quem consome.

O primeiro elo dessa corrente é o fertilizante. O Estado produz o grão, mas importa parte decisiva do insumo que faz o grão nascer. O gás natural é a principal matéria-prima da amônia e da ureia.

Vamos usar a vantagem geográfica do gás para criar uma cadeia mato-grossense de fertilizantes. A prioridade será viabilizar o Hub de Fertilizantes de Cáceres, atrair a produção de ureia e transformar gás barato em insumo agrícola, energia e combustível — não apenas revendê-lo para que outro território capture o valor.

Mas fertilizante barato não pode parar na margem do produtor. Por isso, criaremos os Acordos de Proteção: toda vantagem pública concedida ao gás, à energia, ao crédito, à infraestrutura ou à tributação terá uma contrapartida escrita de abastecimento interno e redução de preço. O produtor recebe uma condição melhor para produzir. O consumidor recebe comida mais barata.

A contrapartida será objetiva: volume mínimo destinado ao mercado de Mato Grosso, fórmula pública de preço, prazo de vigência, auditoria e devolução do benefício quando o acordo não for cumprido. Não será dinheiro público entregue para aumentar margem privada. Será vantagem pública trocada por preço público menor.

A mesma lógica será aplicada ao etanol. Mato Grosso já transformou o milho em uma das bases de sua produção de biocombustível. O Estado não aceitará que o preço do etanol acompanhe automaticamente o da gasolina quando a produção é local e a matéria-prima está dentro de casa. Os Acordos de Proteção farão o etanol chegar ao consumidor com desconto verificável, sem retirar a concorrência entre os postos e sem criar benefício sem contrapartida.

Mato Grosso não pode continuar exportando alimento caro para o mundo e comprando comida cara para o próprio povo. Vamos produzir o fertilizante, proteger o abastecimento, baratear o etanol e fazer a riqueza do estado aparecer onde ela precisa aparecer primeiro: na mesa e no tanque das famílias mato-grossenses.

Choque do Aluguel Barato

O aluguel é o maior desconto automático no contracheque de muitas famílias. Ele sobe todos os anos, leva o trabalhador para longe do emprego e transforma a moradia em uma ameaça permanente. Quem não consegue comprar um imóvel também não pode ser abandonado à especulação.

A política habitacional tradicional concentra-se em entregar a casa própria. Essa política é necessária, mas não alcança todas as famílias. Há trabalhadores que ganham acima da faixa dos programas sociais e abaixo da renda necessária para comprar um imóvel. Eles não são pobres o bastante para receber a chave nem ricos o bastante para financiar a casa onde vivem. Permanecem presos ao aluguel.

Vamos criar uma Empresa Pública de Habitação para construir e administrar um estoque público de moradias de qualidade. A primeira etapa terá 10 mil unidades, localizadas nas cidades-polo de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Cáceres. O foco inicial serão as famílias que vivem de aluguel e estão fora tanto da política habitacional subsidiada quanto do crédito imobiliário suficiente.

Os aluguéis públicos poderão chegar a 60% abaixo do preço de imóveis equivalentes. Não se trata de construir conjuntos isolados, longe de tudo. As unidades integrarão Bairros-Modelo, com comércio, serviços, áreas de convivência, segurança, saneamento, iluminação, energia e fibra óptica. Moradia barata não é apenas uma parede. É uma casa que não rouba horas de vida no deslocamento.

A força do programa não estará apenas nas famílias que receberão um imóvel público. Estará no efeito sobre todo o mercado. Quando uma família puder morar com qualidade por R\$1.000 em um apartamento que custaria R\$2.500 no mercado privado, o proprietário terá duas opções: reduzir o aluguel ou aceitar a vacância. Dez mil unidades bem localizadas não resolvem sozinhas todo o déficit habitacional. Mas podem redefinir a referência de preço de uma cidade.

A objeção de que o Estado não deve concorrer com o mercado privado confunde o problema. O mercado já concorre com as famílias todos os meses. Quando o preço do aluguel expulsa o trabalhador para a periferia, o Estado paga depois, em transporte mais caro, trânsito maior, segregação urbana e perda de produtividade. A oferta pública usará o mercado a favor de quem mora nele.

O programa também não será financiado apenas pela venda de imóveis públicos. O Estado construirá infraestrutura e capturará parte da valorização que essa infraestrutura produzir. Nas áreas atendidas por novas avenidas e bairros planejados, serão criados ativos comerciais — lojas, escritórios, centros de serviços e áreas de lazer — para venda ou locação. A receita desses ativos financiará a construção e a manutenção dos ativos

residenciais.

O modelo será implantado por etapas. Cada projeto terá estudo de demanda, custo de construção, valor dos terrenos, previsão de ocupação, receita comercial, manutenção e impacto sobre os preços locais. O autofinanciamento será uma meta de engenharia pública, não uma frase usada para esconder uma conta ainda não calculada.

A casa própria continuará sendo um sonho legítimo. Mas ninguém precisa esperar vinte anos para viver com dignidade. O Estado construirá estoque, reduzirá o aluguel e devolverá ao trabalhador o dinheiro que hoje desaparece antes mesmo de chegar ao fim do mês.

O resultado é simples: moradia pública de qualidade para quem precisa, referência de preço para quem aluga e cidades planejadas para que o trabalhador não precise escolher entre pagar o aluguel e viver perto da própria vida.

Educação

Antecipar o futuro aos estudantes

No Brasil, a Educação não precisa apenas melhorar. Precisa ser refundada.

Colocamos nossas crianças em uma sala de aula durante uma década e meia e ainda permitimos que muitas saiam sem dominar a leitura, a escrita e as operações fundamentais da matemática. Não é um problema de falta de tempo. É um problema de modelo.

O sistema transformou o tempo em uma obrigação fixa e o aprendizado em uma variável tolerada. A turma avança porque o calendário mandou avançar, não porque todos aprenderam. Quem ficou para trás carrega a lacuna para a matéria seguinte. Depois, carrega a lacuna para o ano seguinte. Ao final, recebe um diploma que não consegue converter em autonomia.

A tecnologia permite romper essa lógica. Mas colocar tecnologia na escola não é trocar o caderno por um tablet. É permitir que cada aluno aprenda o fundamento até dominá-lo, com materiais adequados, exercícios suficientes, avaliação frequente e um professor presente para ensinar, orientar e remover dúvidas.

A educação que Mato Grosso precisa tem uma sequência simples: aprendizagem na base, projetos no meio e trabalho no fim. Primeiro, o aluno domina a

linguagem e a matemática. Depois, aprende a resolver problemas concretos. Por fim, transforma conhecimento em capacidade profissional, renda e dignidade.

Não queremos construir um estado apenas de diplomados. Queremos formar pessoas capazes de compreender, executar, criar e trabalhar em qualquer lugar do mundo sem precisar abandonar Mato Grosso.

A escola deve servir à vida. Deve preparar o jovem para o trabalho, para a autonomia e para a construção do próprio destino. Por isso, a Educação será avaliada pelo que o aluno efetivamente aprendeu, pelos problemas que consegue resolver, pelos projetos que consegue executar e pelas oportunidades que consegue alcançar.

As propostas a seguir não oferecem uma reforma cosmética. Elas organizam uma nova pedagogia para Mato Grosso: domínio dos fundamentos, personalização do aprendizado, execução de projetos, formação técnica, experiência profissional e acesso à economia global.

PROPOSTAS:

Aprendizado para domínio, tempo variável e personalização do ensino

A escola não pode continuar avançando por calendário enquanto deixa parte dos alunos para trás. O modelo que transforma o tempo em fixo e o aprendizado em variável produz uma consequência simples: quem não domina a base carrega a lacuna para a matéria seguinte, para o ano seguinte e para a vida adulta.

Vamos inverter essa lógica. Nos primeiros anos, o objetivo será o domínio dos fundamentos. O aluno não avançará porque o calendário mandou, mas porque aprendeu. Linguagem e matemática serão tratadas como base de todo o resto. Quem precisar de mais tempo terá mais tempo. Quem aprender mais rápido poderá avançar sem esperar que a turma inteira acompanhe o mesmo ritmo.

A tecnologia será usada para personalizar essa aprendizagem, não para substituir o professor. O aluno terá materiais digitais, exercícios suficientes, avaliações frequentes e acompanhamento individual. O professor permanecerá no centro da sala, ensinando, orientando e removendo dúvidas. A tecnologia ajudará a descobrir onde

cada aluno está e o que ele precisa aprender em seguida.

Os primeiros anos do Ensino Fundamental são responsabilidade das prefeituras. O Estado não ignorará essa divisão. Faremos parceria com os municípios para unificar a abordagem, formar professores, compartilhar instrumentos de avaliação e acompanhar a aprendizagem. A criança não pode sofrer porque o Estado e a prefeitura decidiram trabalhar em direções diferentes.

O resultado é um sistema que garante o domínio da base antes de avançar. Não é uma promessa de pintar escolas. É uma mudança no modo de ensinar, avaliar e acompanhar cada aluno.

Ensino orientado a projetos

Depois que o aluno domina a base, a escola precisa ensiná-lo a usar o que aprendeu. O Ensino Fundamental 2 não pode ser apenas a continuação do mesmo modelo. Deve ser o momento em que o conhecimento deixa de ser decorado e passa a ser aplicado.

Vamos transformar essa etapa em um período de projetos. O aluno aprenderá a trabalhar em grupo, pesquisar, organizar ideias, testar soluções e apresentar

resultados. Em vez de apenas responder a perguntas prontas, ele aprenderá a enfrentar problemas reais e a construir respostas.

A proposta não elimina o conteúdo. Ela muda a forma de ensiná-lo. A matemática, a linguagem, a ciência e a história continuarão presentes, mas serão usadas para resolver situações concretas. O aluno não aprenderá apenas o que é uma porcentagem. Aprenderá a calcular o custo de um projeto, comparar preços e apresentar uma solução.

Essa mudança também prepara o aluno para o trabalho. Quem aprende a organizar um projeto, dividir tarefas, cumprir prazos e apresentar resultados desenvolve habilidades que a escola tradicional não ensina. O objetivo não é transformar cada criança em empreendedora. É fazer com que ela saiba transformar conhecimento em ação.

O Estado implantará esse modelo nas escolas estaduais e oferecerá formação aos professores para conduzir projetos. Também criará materiais, avaliações e instrumentos de acompanhamento para que cada escola possa aplicar o modelo com qualidade.

O resultado é uma etapa intermediária entre a base e o

trabalho. O aluno não apenas sabe. Ele aprende a fazer.

Formação para serviços complexos, ensino técnico e trabalho

O Ensino Médio não pode ser apenas a etapa final de um sistema que não prepara para o trabalho. Deve ser o momento em que o jovem transforma conhecimento em capacidade profissional, renda e autonomia.

Vamos formar jovens para o mercado global de serviços digitais. O comércio mundial de serviços alcançou US\$8,5 trilhões e as exportações de serviços brasileiros foi de R\$52 bilhões em 25%, com 65% desse valor vindo de serviços digitais. Mato Grosso não pode ficar de fora dessa economia.

A formação concentrará esforços em áreas de alta demanda e remuneração: inteligência artificial, programação, edição de vídeo, design gráfico, redação técnica e BPO. O objetivo não é prometer que todos os estudantes venderão serviços em moeda estrangeira imediatamente. É construir uma educação que produza domínio cognitivo, capacidade de execução, portfólio, experiência e inserção econômica.

O ensino técnico será modernizado e ampliado.

Profissionais com ensino técnico ganham, em média, 32% a mais do que aqueles que possuem apenas ensino médio, e 85,6% dos alunos de cursos técnicos do SENAI conseguiram emprego nos últimos dois anos

O Estado oferecerá cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, com foco em competências digitais e demandas reais do mercado.

Os estágios profissionais serão parte da formação. O estudante terá contato com empresas, projetos reais e experiência de trabalho antes de concluir o Ensino Médio. A escola deixará de ser apenas um lugar onde se estuda e passará a ser um lugar onde se aprende a trabalhar.

As Empresas Juniores de Ensino Médio serão criadas em todas as escolas estaduais. O Movimento Empresa Júnior já impactou mais de R\$ 70 milhões na economia brasileira desde 2010, integralmente reinvestidos na educação empreendedora dos estudantes. As EJs funcionarão como laboratórios de habilidades digitais e empreendedorismo, onde os jovens aprenderão na prática a desenvolver websites, gerenciar redes sociais, criar conteúdo digital, programar e oferecer serviços de BPO.

Os professores serão capacitados para atuar como mentores dessas empresas juniores, orientando os

estudantes no desenvolvimento de projetos e na gestão dos negócios. O objetivo é que, ao concluir o Ensino Médio, o jovem mato-grossense tenha não apenas um diploma, mas um portfólio de projetos e experiência prática que o qualifique para o mercado de trabalho.

O resultado é um Ensino Médio que prepara para o trabalho, para a autonomia e para a economia global. Não é uma promessa de renda garantida. É uma formação que entrega capacidade de execução, experiência e acesso às oportunidades que o mundo digital oferece.

Saúde

Atender para valer

O Sistema Único de Saúde funciona em sua complexidade, mas a porta de entrada para o cidadão comum permanece fechada. A falha não reside na capacidade técnica dos hospitais de alta complexidade ou na qualificação de seus profissionais. Reside no acesso primário ao sistema.

O paciente é forçado a uma peregrinação por Unidades Básicas de Saúde precárias, hospitais superlotados e um represamento crônico de exames. Em Cuiabá, na comunidade do Pedra 90, a reforma das UBSs 3 e 4, iniciada há oito anos, ainda não foi concluída. A espera por exames nas UBSs pode estender-se por até três anos, conforme denúncia formalizada pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso.

Esta falha de acesso gera uma fila invisível e corrosiva. Um problema de saúde simples, que poderia ser resolvido na atenção primária, agrava-se, tornando-se mais complexo, mais caro e, muitas vezes, exigindo intervenções de maior risco. O SUS possui a estrutura para tratamentos avançados e equipes especializadas, mas a jornada até eles é um labirinto, não um caminho direto e humanizado.

A fila de espera não é apenas um indicador estatístico. É uma procissão humilhante que desumaniza o paciente.

As propostas a seguir não oferecem uma reforma cosmética. Elas organizam uma nova saúde pública para Mato Grosso: dignidade no atendimento, diagnóstico rápido, cirurgias sem fila, base municipal forte, combate à dor crônica, repressão inteligente às fraudes e contratos que remuneraram resultados, não estruturas.

PROPOSTAS:

Choque de Hospitalidade: dignidade não custa caro

A dignidade no atendimento à saúde é um direito, não uma concessão. O SUS funciona em sua complexidade, mas a porta de entrada para o cidadão comum permanece fechada. O paciente é forçado a uma peregrinação por Unidades Básicas de Saúde precárias, hospitais superlotados e um represamento crônico de exames. Em Cuiabá, na comunidade do Pedra 90, a reforma das UBSs 3 e 4, iniciada há oito anos, ainda não foi concluída.

A falha não reside na capacidade técnica dos hospitais de alta complexidade ou na qualificação de seus profissionais. Reside no acesso primário ao sistema. O cidadão é tratado como um número, desprovido de informações claras, conforto mínimo e participação ativa

em seu próprio processo de cura.

A Política Nacional de Humanização (PNH/HumanizaSUS), criada em 2003, estabelece os princípios para um atendimento acolhedor e respeitoso.

Em Mato Grosso, a Coordenadoria de Promoção e Humanização existe, mas a materialização desses princípios na prática clínica e administrativa é inconsistente. O cidadão não se sente parte do processo, nem valorizado pelo sistema.

O absenteísmo em consultas, que em algumas regiões chega a 38,6%, é um sintoma claro dessa falta de engajamento. O paciente não falta porque não se importa. Falta porque não confia, porque não foi informado, porque não foi acolhido.

O custo de um sorriso, de uma explicação clara e empática, de um ambiente limpo e organizado, é marginal frente aos benefícios de restaurar a dignidade do paciente. Em contraste, a falta de humanização gera custos ocultos: retrabalho, perda de confiança, absenteísmo e, em última instância, o agravamento de condições de saúde que poderiam ter sido prevenidas ou tratadas precocemente.

Vamos implementar um Choque de Hospitalidade em Mato Grosso. Isso significa capacitar equipes para o

acolhimento, melhorar as condições físicas das unidades de saúde e implementar tecnologias que facilitem a jornada do paciente. Ferramentas digitais de triagem e orientação, como o sistema de triagem com inteligência artificial da TopMed em Santa Catarina — que realizou 4.293 triagens em três meses, resolvendo 69,7% dos casos por telemedicina —, provam que a tecnologia não substitui o contato humano, mas o qualifica.

A hospitalidade começa com a transparência e a comunicação eficaz. O paciente deve saber onde está na fila, o que esperar e como participar do próprio tratamento. A política pública deve assegurar que a experiência do usuário seja o centro da atenção.

Dignidade não custa caro. O que custa caro é a falta dela.

A Verticalização do Diagnóstico

A fila de exames não é uma fatalidade. É um gargalo de gestão.

O paciente consulta, recebe um pedido e entra em outra fila. Espera para coletar. Espera para realizar. Espera pelo resultado. Quando o diagnóstico chega, a doença já

avançou e o tratamento ficou mais caro, mais demorado e mais doloroso.

Vamos verticalizar o diagnóstico em Mato Grosso. O Estado organizará uma rede integrada de coleta, processamento, análise e entrega de resultados, sob coordenação estadual. O Laboratório Central de Mato Grosso será modernizado e ampliado. Pequenos postos de coleta serão espalhados pelo território, para que o paciente não precise viajar horas apenas para entregar uma amostra.

O Estado já possui uma estrutura capaz de avançar nessa direção. O Lacen-MT ampliou seu laboratório de genética e passou a oferecer nove novas análises para doenças raras, além de novos exames em biologia molecular e imunologia. O próximo passo é transformar capacidade isolada em rede organizada.

O paciente precisa de um caminho direto: pedido, coleta, análise e resultado. O diagnóstico chegará antes que a doença se torne mais cara. O Estado gastará menos porque descobrirá antes e evitará contratar exames privados. E o cidadão sofrerá menos porque deixará de esperar pelo que a medicina já sabe fazer.

Intensificar Programas Cirúrgicos

Mato Grosso já possui bons programas para reduzir filas cirúrgicas. O Fila Zero e o MT Mais Cirurgias provaram que o Estado consegue ampliar a oferta quando organiza a rede e concentra recursos. O problema é que a fila volta quando a campanha termina.

Vamos transformar esses programas em uma política permanente de redução das filas eletivas. As especialidades com maior demanda e menor complexidade — oftalmologia, ortopedia, ginecologia e urologia — receberão capacidade adicional, equipes organizadas e agenda contínua. Não haverá espera indefinida para uma cirurgia que o sistema já sabe realizar.

A meta será zerar as filas de cirurgias eletivas com espera superior a 90 dias. O paciente não ficará perdido entre uma consulta, um exame e outra consulta. Cada caso terá acompanhamento, prazo e responsável.

A expansão não será medida apenas pelo número de procedimentos. Mutirão que aumenta a quantidade e reduz a segurança não resolve a fila; apenas troca um problema por outro. Os contratos incluirão qualidade, ausência de complicações evitáveis, satisfação do paciente,

acompanhamento pós-operatório e resultado efetivo.

A gestão será descentralizada, mas o monitoramento será centralizado. O Estado acompanhará em tempo real o número de pacientes, o tempo de espera, a capacidade de cada unidade, os cancelamentos e os resultados. Quando uma região tiver fila, o Estado deslocará capacidade para ela.

Os programas existentes serão ampliados, não abandonados. O que já funciona será organizado em uma política permanente, com protocolos clínicos revisados, auditoria independente e transparência dos dados. A cirurgia será realizada onde houver equipe, estrutura e segurança — não onde houver apenas uma promessa de produção.

O resultado é simples: menos tempo de espera, mais cirurgias realizadas e nenhum paciente submetido a uma fila invisível. O Estado não pagará por mutirões. Pagará para devolver ao cidadão a saúde que ele espera.

Socorro aos municípios: reerguendo a base do sistema

A Atenção Primária à Saúde é o alicerce do sistema. Quando a base funciona, o problema é resolvido perto da

casa do cidadão. Quando a base desaba, a Unidade de Pronto Atendimento vira consultório, o hospital vira porta de entrada e o paciente chega ao serviço mais caro já carregando uma doença que poderia ter sido tratada antes.

O Ministério da Saúde reconhece que o financiamento da Atenção Primária deve ser tripartite. A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso também possui um programa de cofinanciamento estadual, instituído pela Portaria nº 107/2016/GBSES, com previsão de apoio à estrutura física, aos equipamentos, ao transporte, aos insumos, ao apoio diagnóstico, à educação permanente e à organização dos processos de trabalho. O problema não é falta de instrumentos. É a falta de uma política estadual que os use para reerguer, de fato, a base do sistema.

Vamos socorrer os municípios. O Estado será indutor de políticas, financiador complementar, apoiador técnico e fiscalizador. Reconstruirá e reequipará UBSs, apoiará o transporte das equipes, garantirá insumos e fortalecerá a presença de profissionais onde a rede municipal não consegue chegar sozinha.

O socorro será realizado por um pacto tripartite com metas claras. Cada município apresentará um Plano de Fortalecimento da Atenção Primária, com diagnóstico da

estrutura, composição das equipes, horário de funcionamento, carteira de serviços, cobertura, filas, prontuário eletrônico, fluxos de encaminhamento e capacidade de resolver os problemas mais comuns.

O dinheiro não será transferido para desaparecer no orçamento geral. Será aplicado exclusivamente na Atenção Primária, com plano, cronograma, prestação de contas e acompanhamento público. O município receberá apoio para fazer a unidade funcionar; o Estado verificará se a unidade está funcionando.

A tecnologia será usada para aproximar o especialista do interior. O Saúde Digital MT já oferece teleconsulta, teleconsultoria, teleinterconsulta, telediagnóstico, tele-educação e telemonitoramento. A proposta será ampliar esses instrumentos para que a UBS não seja apenas o lugar onde o paciente recebe um encaminhamento, mas o lugar onde ele começa e acompanha seu cuidado.

A cobertura da Atenção Primária é importante, mas cobertura não é resolutividade. Uma equipe registrada no sistema não basta. A unidade precisa abrir, ter profissionais, medicamentos, equipamentos, prontuário, transporte, diagnóstico e capacidade de encaminhar o paciente quando necessário.

O resultado será uma Atenção Primária próxima, equipada e coordenada. O Estado não substituirá os municípios.

Mato Grosso Sem Dor

A dor crônica não pode ser tratada como uma parte normal da vida. Ela limita o trabalho, interrompe o sono, reduz a autonomia e transforma tarefas simples em esforço diário. Uma revisão sistemática encontrou prevalência média de 45,59% de dor crônica entre os estudos brasileiros analisados. Na região Centro-Oeste, a prevalência chegou a 56,25%.

O cidadão que sente dor enfrenta uma escolha injusta: faltar ao trabalho para procurar atendimento ou continuar trabalhando até a dor piorar. Quando consegue uma consulta, ainda precisa esperar pelo diagnóstico e pelo medicamento. A falta de tempo e de dinheiro transforma uma condição tratável em sofrimento permanente.

Vamos criar o programa Mato Grosso Sem Dor. O cidadão poderá acessar uma triagem digital inicial, que identificará a natureza e a urgência da dor. Quando indicado, será encaminhado para teleconsulta ou atendimento presencial na rede de saúde. A Atenção

Primária coordenará o cuidado, como estabelece a Linha de Cuidado do Ministério da Saúde, evitando que o paciente fique perdido entre serviços.

O programa também oferecerá um voucher de medicamentos para pessoas em vulnerabilidade econômica. O voucher será liberado mediante prescrição, avaliação profissional e protocolos clínicos. Não será distribuição automática de remédios, nem autorização para automedicação. Será o meio de garantir que a falta de dinheiro não interrompa um tratamento indicado.

A rede pública poderá credenciar farmácias privadas para ampliar a distribuição de analgésicos, anti-inflamatórios e relaxantes musculares previstos nos protocolos. O Estado pagará pelo medicamento efetivamente dispensado, com controle de receita, identificação do paciente, acompanhamento e auditoria.

O atendimento terá continuidade. O paciente não receberá apenas uma receita e desaparecerá do sistema. A equipe acompanhará a resposta ao tratamento, identificará sinais de agravamento e encaminhará os casos que exigirem fisioterapia, atendimento especializado, investigação diagnóstica ou cuidado hospitalar.

A tecnologia não substituirá o médico. Ela reduzirá o

tempo até o primeiro contato, organizará a fila e levará orientação àquele que hoje não consegue parar de trabalhar para procurar ajuda.

Ninguém em Mato Grosso deve sentir dor porque não encontrou uma porta aberta, porque não teve tempo para consultar ou porque não conseguiu pagar o tratamento. Dor não é destino. É uma condição de saúde que o Estado precisa reconhecer, tratar e acompanhar.

Força-tarefa contra a fraude

O SUS não perde dinheiro apenas quando alguém rouba. Perde também quando compra mal, paga por serviço não realizado, aceita preço incompatível, deixa contrato sem fiscalização ou descobre a fraude depois que o dinheiro desapareceu.

O Tribunal de Contas da União identificou riscos de fraude e corrupção na atuação de organizações sociais na saúde, além de irregularidades na execução e no acompanhamento dos contratos. Também apontou editais com critérios técnicos direcionados e fragilidade na capacidade dos entes públicos para fiscalizar as entidades que recebem recursos.

Vamos criar uma força-tarefa permanente para blindar o SUS por dentro. Participarão a Secretaria de Estado de Saúde, a Controladoria-Geral do Estado, a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual, respeitadas as competências legais de cada instituição.

A força-tarefa trabalhará com inteligência, não com espetáculo. Cruzará notas fiscais, prontuários, produção informada, pagamentos, escalas, estoques, preços, fornecedores e vínculos societários. A cirurgia declarada será comparada com o prontuário. O medicamento comprado será comparado com o medicamento entregue. O exame pago será comparado com o exame realizado.

A auditoria será preventiva. Contratos de organizações sociais, compras de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais, serviços terceirizados e filas reguladas entrarão em monitoramento contínuo. Preço fora do padrão, fornecedor repetido, produção incompatível e pagamento sem evidência de entrega gerarão alerta antes do prejuízo se consolidar.

A apuração terá proteção institucional e devido processo legal. Indício não será tratado como condenação. Mas também não será arquivado por conveniência. Havendo prova de fraude, o Estado cobrará a devolução dos recursos, aplicará as sanções cabíveis e comunicará os

órgãos responsáveis pela responsabilização civil, administrativa e penal.

A força-tarefa também poderá propor acordos legalmente cabíveis para interromper práticas ilícitas, recuperar valores e preservar a continuidade do atendimento, sempre sob controle das instituições competentes. O objetivo não é trocar um CNPJ por outro. É mudar a prática que produziu o desvio.

Os resultados serão públicos: contratos auditados, valores recuperados, pagamentos suspensos, processos encaminhados e recomendações cumpridas. O combate à fraude não será uma fotografia de operação policial. Será uma rotina de proteção do dinheiro e da vida do cidadão.

O SUS precisa de mais recursos. Antes de pedir mais dinheiro, vamos impedir que o dinheiro que já existe seja sangrado por dentro.

Contratos de Performance

O Estado não pode pagar bilhões pela existência de uma estrutura e descobrir depois que o atendimento não aconteceu. Hospital aberto não é hospital que atende. Leito instalado não é paciente tratado. Contrato assinado não é

resultado entregue.

Os contratos de gestão na saúde precisam mudar. O Tribunal de Contas da União identificou riscos de fraude e corrupção, irregularidades na execução e dificuldades de acompanhamento em contratos com organizações sociais. O problema não se resolve apenas escolhendo uma entidade conhecida. Entidade conhecida também precisa entregar resultado verificável.

Vamos transformar os contratos de gestão em contratos de performance. A remuneração não será calculada apenas pelo número de leitos, pelo tamanho da estrutura ou pela passagem do mês. Será ligada ao que o cidadão recebeu: consultas realizadas, exames entregues, cirurgias feitas com segurança, redução do tempo de espera, qualidade do atendimento, satisfação do paciente e melhoria dos indicadores de saúde.

O contrato do Hospital Central mostra a dimensão da escolha. A unidade tem 287 leitos e 11 salas cirúrgicas, com previsão de realizar 32 mil consultas, 80 mil exames e 6,5 mil cirurgias por ano. Uma estrutura desse tamanho não pode ser administrada por metas vagas ou acompanhada por relatórios que ninguém consegue verificar.

A parcela variável terá peso suficiente para mudar o

comportamento do gestor. O modelo atual de 90% fixo e 10% variável será invertido ou, no mínimo, equilibrado. Quem entregar apenas estrutura receberá o custeio básico. Quem entregar atendimento, qualidade e resultado receberá a parcela correspondente ao desempenho.

Cada contrato terá metas objetivas, mensuráveis e auditáveis. Serão publicados o orçamento, o número de atendimentos, os tempos de espera, os cancelamentos, as complicações, as reinternações, a satisfação dos pacientes, os custos por procedimento e os pagamentos efetuados. A população poderá comparar a promessa com a entrega.

Nenhum indicador será construído para premiar volume irresponsável. Cirurgia com complicação evitável não será tratada como sucesso. Exame repetido por erro não será contado duas vezes. Atendimento que não resolve o problema não será confundido com cuidado prestado.

Haverá auditoria independente, revisão periódica das metas, sanções por descumprimento e possibilidade de rescisão quando a falha for persistente. A rede própria do Estado será usada como referência de custo e qualidade. Contratar o privado só fará sentido quando ele entregar mais, melhor ou mais rápido pelo mesmo recurso.

O Estado não comprará estruturas. Comprará saúde. E

só pagará completamente quando o cidadão receber o que foi contratado.

Segurança

Território blindado

A autoridade do Estado se desintegra quando um gesto, capturado em uma fotografia, decide a vida ou a morte de um cidadão. O crime organizado cresce quando o homem comum precisa pedir licença para circular, trabalhar, falar e viver no próprio território.

Mato Grosso não enfrenta apenas crimes isolados. Enfrenta a ocupação de cidades, rotas, bairros e fronteiras por organizações que substituem a lei por regras próprias. Quando uma facção decide quem pode morar, cobrar, vender, circular ou sobreviver, o Estado deixou de exercer sua função mais básica: proteger a liberdade e a vida.

Nenhuma ferramenta de segurança substitui a autoridade. Equipamentos, tecnologia, inteligência e efetivo são necessários, mas só produzem resultado quando existe uma decisão política clara: o território pertence à população, não ao crime.

O Estado não pode apenas reagir depois do homicídio, do sequestro, do roubo ou da ameaça. Precisa antecipar a violência, desarticular as estruturas criminosas, impedir o domínio territorial e devolver às pessoas o direito de ocupar as ruas, as praças, os parques e os caminhos de suas próprias cidades.

Segurança não será tratada como discurso abstrato.

Cada problema terá um projeto, um orçamento, uma equipe responsável e um resultado verificável. A tecnologia será usada para ampliar a inteligência. O espaço urbano será planejado para dificultar o crime. As forças de segurança serão preparadas para agir com precisão. E a população voltará a ocupar os lugares dos quais foi expulsa pelo medo.

A paz não nasce da omissão do Estado. Nasce quando o cidadão sabe que a lei está presente, que o criminoso será encontrado e que nenhum território será abandonado.

As propostas a seguir formam um projeto de retomada do território: autoridade contra as facções, inteligência contra a criminalidade, desenho urbano a favor da vida, responsabilidade na atuação policial e devolução do espaço público à população.

PROPOSTAS:

A Máquina de Guerra

O Estado não pode mais se dar ao luxo de reagir depois que a facção já ocupou a cidade, a rota ou o bairro. Quando o crime organizado declara guerra ao cidadão, a resposta precisa ser rápida, especializada e permanente.

Mato Grosso já demonstrou que operações integradas produzem resultado. Em agosto de 2025, a Polícia Federal incinerou 1,3 tonelada de entorpecentes apreendidos na região do Araguaia em ações conjuntas com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar. O problema não é a falta de coragem dos policiais. É a falta de uma máquina permanente de inteligência, treinamento e resposta.

Vamos fortalecer o BOPE-MT e as unidades especializadas para que possam enfrentar o crime organizado em qualquer região do Estado. Isso significa ampliar o efetivo de forma planejada, oferecer treinamento contínuo, garantir equipamentos adequados, integrar bancos de dados e utilizar drones para vigilância de fronteiras, rotas de fuga e áreas dominadas por facções.

A máquina não será feita apenas de armas e viaturas. Será feita de informação. Cada operação deverá nascer de inteligência, ter objetivo definido, coordenação entre as forças e avaliação posterior. A Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as forças municipais precisam compartilhar informações para que o criminoso não encontre abrigo na divisão burocrática do Estado.

A força especializada será treinada para agir com precisão. O objetivo é prender lideranças, interromper

fluxos financeiros, apreender armas e drogas, recuperar territórios e proteger moradores. Não é transformar a polícia em grupo de extermínio. É fazer com que o Estado tenha capacidade superior à do crime, dentro da lei e sob controle institucional.

O uso da força seguirá protocolos públicos, treinamento permanente, supervisão e investigação de cada ocorrência grave. A autoridade não precisa de abuso para existir. Precisa de preparo, comando, inteligência e disposição para agir.

As facções precisam saber que não encontrarão um Estado desorganizado, lento e previsível. Quando ameaçarem um pai de família, expulsarem um morador, controlarem um comércio ou ocuparem uma rota, encontrarão uma resposta coordenada, técnica e imediata.

O objetivo não é a guerra. É a pacificação. Mas somente um Estado preparado para enfrentar o crime pode devolver ao cidadão o direito de viver em paz.

Segurança Orientada por Projeto (SOP)

Segurança pública não pode ser tratada como um problema abstrato. Crime diferente exige resposta

diferente. O projeto para reduzir roubos de celulares não é o mesmo projeto necessário para impedir o tráfico na fronteira. O homicídio não se combate com a mesma ferramenta usada contra a violência escolar.

Vamos criar a Segurança Orientada por Projeto (SOP). Cada problema terá um projeto próprio, com diagnóstico territorial, objetivo definido, equipe responsável, orçamento, cronograma, tecnologia adequada e indicadores públicos. A segurança deixará de ser uma coleção de discursos e passará a ser um conjunto de entregas.

Mato Grosso já possui uma base para isso. A SESP-MT consolida estatísticas criminais por meio da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal e utiliza as Regiões Integradas de Segurança Pública para orientar uma gestão regionalizada. O Estado também disponibiliza dados abertos sobre crimes e violência. O que falta é transformar informação em decisão e decisão em projeto.

A SOP começará pelo mapa do problema. Onde ocorrem os crimes? Em que horário? Contra quem? Qual é o padrão? Quem investiga? Quem previne? Qual é o custo? Sem essas respostas, o Estado apenas desloca viaturas e repete operações.

Cada projeto reunirá as instituições necessárias. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, perícia, Ministério Público, municípios e órgãos federais atuarão de acordo com a causa e o território do problema. O combate ao tráfico de fronteira exige inteligência e integração; a redução do roubo de celulares exige repressão aos receptores e recuperação do espaço público; a proteção da mulher exige investigação, prevenção e rede de atendimento.

Os indicadores serão claros. Redução de homicídios, roubos, furtos e violência contra a mulher; aumento do esclarecimento de crimes; diminuição do tempo de resposta; apreensão de armas e drogas; desarticulação financeira de organizações; recuperação de áreas dominadas e melhoria da confiança da população. O Estado publicará o que foi planejado, o que foi gasto e o que foi entregue.

A experiência internacional e brasileira de gestão por resultados é classificada como promissora pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. As evidências disponíveis apontam que o monitoramento intensivo, o georreferenciamento e a coordenação estratégica podem reduzir crimes, desde que a implementação seja séria e os indicadores não sejam manipulados.

A SOP não premiará prisão por prisão, apreensão por apreensão ou operação por operação. Uma polícia pode prender muito e proteger pouco. O resultado que importa é a vida que não foi perdida, o roubo que não aconteceu, a mulher que foi protegida e o cidadão que voltou a ocupar sua rua.

Segurança não será mais medida pelo barulho da operação. Será medida pela redução do crime e pela devolução do território à população.

Segurança por Design Urbano

O Estado costuma construir a praça, entregar a obra e ir embora. Depois chegam o mato, a escuridão, o abandono e o medo. O espaço que deveria aproximar as pessoas passa a afastá-las. Quando a população deixa de ocupar a rua, alguém ocupa o lugar dela.

Vamos fazer segurança antes de inaugurar a obra. Toda nova praça, parque, calçada, escola, unidade pública, loteamento ou requalificação urbana terá um projeto de segurança por design urbano.

A metodologia CPTED, apresentada pelo Ministério Público de Mato Grosso, organiza essa prevenção em

princípios simples: ver e ser visto; controlar naturalmente os acessos; criar pertencimento; e manter o lugar cuidado. Não é arquitetura contra o cidadão. É arquitetura para que o cidadão possa enxergar, circular, permanecer e reconhecer o espaço como seu.

A aplicação será concreta. Ruas e praças terão iluminação sem pontos cegos. A vegetação não esconderá caminhos. Os acessos serão claros. Calçadas permitirão circulação. Fachadas ativas e comércio local aumentarão a presença de pessoas. Equipamentos públicos serão distribuídos para gerar movimento durante o dia e à noite. Espaços abandonados receberão uso, manutenção e responsabilidade definida.

O desenho também será avaliado pelas mulheres, pelas crianças, pelos idosos e pelas pessoas com deficiência. Um local que parece seguro para quem o projeta pode continuar perigoso para quem precisa atravessá-lo todos os dias.

Os moradores participarão do diagnóstico. Eles sabem onde a luz não chega, onde o ônibus para, onde o caminho desaparece, onde a praça fica vazia e onde o medo começa. Planejamento participativo não é decoração democrática. É informação que o projeto técnico sozinho não possui.

A segurança por design não substituirá a polícia. A iluminação não prende facção. Uma calçada não investiga homicídio. Mas a polícia trabalha melhor quando o território não oferece esconderijos gratuitos ao crime, e a população se protege melhor quando a cidade oferece visibilidade, circulação e presença.

Cada projeto terá responsável pela execução e pela manutenção. A obra não será considerada concluída quando o concreto secar. Será concluída quando o espaço estiver iluminado, acessível, ocupado e cuidado.

A cidade segura não é a cidade cercada. É a cidade viva. Quando a população retoma a praça, a rua e o caminho para casa, o espaço público deixa de ser território do medo e volta a ser território de todos.

Polícia por Desempenho

A polícia não pode ser avaliada pelo número de viaturas paradas, pelo número de prisões feitas ou pelo volume de armas apreendidas. Uma instituição pode produzir números e continuar deixando o cidadão desprotegido.

Vamos criar um sistema de Polícia por Desempenho. A pergunta deixará de ser quanto a polícia fez e passará a ser

o que mudou depois que ela fez. O crime caiu? Os homicídios foram esclarecidos? A vítima foi protegida? O tempo de resposta diminuiu? A população voltou a confiar?

O próprio Ministério da Justiça reconhece que a avaliação deve acompanhar todo o ciclo da política pública: identificar o problema, planejar, executar, monitorar, avaliar e corrigir o rumo. Também alerta que não é aceitável reduzir a violência a qualquer custo. O resultado precisa ser alcançado com legalidade, eficiência e respeito à população.

O sistema terá indicadores para cada função. O policiamento ostensivo será avaliado por redução de crimes, tempo de resposta, proteção de áreas vulneráveis e confiança da comunidade. A Polícia Civil será avaliada por esclarecimento de crimes, qualidade da investigação, tempo de conclusão e responsabilização dos autores. A perícia será avaliada por prazo e qualidade dos laudos. O sistema prisional será avaliado por segurança, controle e redução da reincidência.

Não haverá prêmio por prender mais. Prisão sem prova não esclarece crime. Apreensão sem impacto não desmonta organização criminosa. Abordagem que reduz a confiança do cidadão não aumenta a segurança.

O reconhecimento será coletivo, por unidade e por projeto. As equipes que alcançarem resultados consistentes receberão prioridade em equipamentos, formação, tecnologia e progressão institucional. As que apresentarem desempenho ruim receberão apoio técnico e plano de correção. Persistindo a falha, haverá responsabilização administrativa conforme a lei.

Os indicadores serão publicados por região, tipo de crime e período. O Ministério da Justiça já valida 28 indicadores nacionais por meio do Sinesp VDE, entre eles homicídios, roubos, estupros, tráfico, apreensão de armas, mandados cumpridos e mortes por intervenção de agente do Estado. Mato Grosso usará essa base para que o cidadão possa comparar a promessa, o esforço e o resultado.

O sistema também medirá o que não aparece no boletim: a confiança da população, a satisfação das vítimas, a legalidade das abordagens, a letalidade policial e a proteção dos próprios agentes. Segurança pública não é apenas impedir o crime. É fazer isso sem destruir a confiança na lei.

A Polícia por Desempenho não será uma polícia de metas cegas. Será uma polícia que conhece o problema, mede o resultado, corrige o erro e presta contas.

A boa polícia não é a que mais aparece. É a que faz o cidadão perceber que a violência diminuiu e que a lei voltou a funcionar.

A Devolução do Espaço Público

O espaço público não desaparece quando a prefeitura abandona uma praça. Ele continua ali, mas deixa de pertencer à população. A escuridão, o mato, o lixo e o medo expulsam as famílias. Depois, o crime ocupa o vazio que o Estado deixou.

Vamos devolver o espaço público à população. O programa começará pelos locais onde o abandono e o medo mudaram a rotina dos moradores: praças, parques, ruas, quadras, caminhos, terminais e áreas próximas a escolas e unidades de saúde.

A devolução não será apenas uma operação policial. A polícia retira a ameaça imediata, mas a cidade precisa permanecer. Cada local terá diagnóstico, projeto, orçamento, cronograma e responsável pela manutenção. A obra será acompanhada de iluminação, limpeza, poda, calçadas, acessibilidade, sinalização, mobiliário e presença permanente de serviços.

O espaço recuperado será ocupado no mesmo momento em que for devolvido. Haverá esporte, cultura, feiras, bibliotecas, atividades para crianças, convivência para idosos e comércio local. Uma praça vazia à noite é apenas uma obra. Uma praça iluminada, frequentada e cuidada é uma política de segurança.

A ONU-Habitat considera ruas e espaços públicos a espinha dorsal das cidades. Espaços seguros, inclusivos e acessíveis promovem coesão social, saúde, lazer, cidadania e desenvolvimento econômico. Ruas comerciais e calçadas amplas também favorecem o dinamismo dos bairros.

O programa será construído com os moradores. Eles indicarão os lugares abandonados, os horários de maior medo, os caminhos que precisam de iluminação e as atividades que podem devolver movimento ao bairro. A participação não será uma audiência para cumprir protocolo. Será parte do diagnóstico e da avaliação.

O Estado pactuará com os municípios a recuperação dos espaços e integrará urbanismo, segurança, cultura, esporte, educação, saúde e assistência social. O crime não será enfrentado apenas com viatura quando o problema também é uma rua sem luz, uma quadra fechada, um parque sem manutenção ou um bairro sem lugar de encontro.

Cada espaço devolvido terá indicadores públicos: iluminação funcionando, manutenção em dia, número de atividades, frequência de usuários, comércio ativo, ocorrências registradas e percepção de segurança dos moradores. Se o lugar voltar a ser abandonado, o projeto será corrigido. Inauguração não será considerada entrega.

Devolver o espaço público é devolver tempo de vida. É permitir que a criança brinque, que o idoso caminhe, que a mulher atravesse a praça, que o comerciante abra a porta e que a família volte para casa sem pedir licença ao medo.

A cidade não será cercada para parecer segura. Será ocupada para se tornar segura.

Turismo

Estado apoiando a renda

Mato Grosso tem o centro da América do Sul, a Chapada dos Guimarães, o Lago do Manso e o Pantanal. Tem paisagens, biodiversidade, cultura e distância suficiente dos grandes centros para vender ao mundo uma experiência que não pode ser fabricada em outro lugar.

Mas o Estado ainda trata o turismo como um puxadinho da economia. O caminhão de soja atravessa Mato Grosso carregado de valor. O turista, quando vem, encontra pouca estrutura, poucos produtos organizados e quase nenhum esforço para que sua experiência alcance o mercado internacional.

Isso é uma escolha, não um destino. O turismo é uma indústria de exportação de serviços que acontece dentro do nosso território. O estrangeiro deixa aqui o dinheiro que gastaria em outro país, sem levar uma tonelada de solo, um grão de soja ou uma gota de água. Ele compra hospedagem, alimentação, transporte, guia, cultura, aventura e hospitalidade.

A diferença entre ter beleza e ter uma indústria turística está na capacidade de transformar paisagem em produto, produto em pacote e pacote em venda. Para isso, é preciso crédito para criar experiências novas, estradas e aeroportos para aproximá-las do mundo, profissionais preparados para oferecê-las e uma engenharia comercial

que torne Mato Grosso rentável para quem vende o destino.

O turista não deve apenas passar pela Chapada, pescar no Pantanal ou atravessar Cuiabá. Ele deve permanecer, consumir, contratar serviços e voltar. A pousada deve ser do empreendedor local. O passeio deve empregar o guia mato-grossense. A agência deve vender uma experiência construída no Estado. O valor precisa ficar onde a paisagem está.

O turismo também não será construído contra o patrimônio natural. A preservação é o próprio ativo da atividade. Sem floresta, água limpa, fauna protegida, cultura viva e território cuidado, não existe experiência de alto valor. O Estado deve ordenar o uso, garantir segurança, fiscalizar e criar as condições para que a iniciativa privada produza riqueza sem destruir aquilo que torna Mato Grosso único.

Mato Grosso não será mais o lugar por onde a riqueza passa. Será o lugar onde o mundo se encontra, permanece e paga para viver experiências que só podem existir aqui.

PROPOSTAS:

Crédito de Juro Zero — Fundo Mato-Grossense de Inovação Turística (FIT)

A qualificação do turismo não nasce de decreto. Nasce quando alguém consegue transformar uma ideia em uma experiência que o visitante paga para viver. O problema é que o empreendedor local costuma ter a ideia, mas não tem capital. O banco enxerga o risco antes de enxergar o destino.

Vamos criar o Fundo Mato-Grossense de Inovação Turística (FIT), com linhas de crédito a juro zero para projetos que criem produtos turísticos que ainda não existem em Mato Grosso. O FIT não financiará apenas a reforma de uma pousada ou a compra de um veículo. Financiará o novo: hotéis-boutique integrados à paisagem, balões para contemplação aérea, rotas de vinho, estruturas de observação da fauna, experiências culturais e equipamentos de aventura.

O Brasil já possui o Fungetur, fundo federal com patrimônio próprio e autonomia financeira e orçamentária, que financia obras, bens, capital fixo e capital de giro de prestadores inscritos no Cadastur. Mato Grosso também possui linhas da Desenvolve MT para empreendimentos

turísticos. O FIT não duplicará esses programas. Ele preencherá o espaço que os programas tradicionais não conseguem preencher: o financiamento de experiências novas, cujo risco inicial é maior e cujo retorno depende da criação de um mercado.

O crédito será reembolsável, com carência e prazo compatíveis com o ciclo de cada empreendimento. Juro zero não significa dinheiro sem responsabilidade. O empreendedor receberá uma vantagem financeira porque entregará uma experiência nova, atenderá critérios de segurança e preservação e devolverá o principal para que outro projeto possa nascer.

A seleção será feita por edital público. Cada projeto será analisado por viabilidade econômica, impacto local, capacidade de atrair turistas, geração de empregos, inclusão de empreendedores mato-grossenses, acessibilidade, segurança e preservação ambiental. Serão publicados os valores, os beneficiários, os cronogramas, os resultados e a situação de cada operação.

O FIT não financiará um empreendimento comum apenas porque ele já existe. Financiará o que ainda não temos. Uma nova forma de conhecer a Chapada. Uma experiência de natureza no Pantanal. Uma rota gastronômica. Uma vinícola integrada a uma pousada.

Uma atividade de aventura com padrão internacional.

O Estado não precisa ser dono de cada hotel, agência ou passeio. Precisa remover o medo financeiro que impede o empreendedor de construí-los. Quando o crédito público transforma uma ideia em produto, o turista chega, o dinheiro circula, o emprego aparece e a paisagem passa a produzir riqueza sem ser destruída.

O FIT será o instrumento para que a próxima grande experiência turística de Mato Grosso não seja inventada em outro país e apenas copiada aqui. Ela nascerá aqui.

Comercialização Global do Turismo Mato-Grossense

Mato Grosso não precisa apenas de paisagens. Precisa de vendedores dessas paisagens.

O mundo não compra o que não conhece. E não conhece o que não está organizado para ser vendido. Uma agência em Berlim, Tóquio ou Nova York não oferecerá a Chapada, o Pantanal ou o turismo de negócios de Cuiabá por patriotismo. Ela oferecerá o destino quando tiver produto claro, operação segura, comissão competitiva e material confiável para apresentar ao cliente.

Vamos criar a Rede Global Mato Grosso de Distribuição. O Estado organizará os produtos turísticos, produzirá materiais em vários idiomas, capacitará operadores estrangeiros, aproximará pousadas, guias, transportadores e agências locais do mercado internacional e acompanhará quantos pacotes foram vendidos, quantos turistas chegaram e quanto deixaram no Estado.

O Brasil já possui uma estrutura nacional de promoção internacional. O Plano Brasil, da Embratur, trabalha com mercados emissores, segmentos prioritários, operadores, companhias aéreas, estados, municípios e agências de viagens. Mato Grosso não precisa esperar que a promoção nacional descubra cada produto local. Precisa chegar organizado à mesa de quem vende viagens no mundo.

O Estado criará um Complemento de Comissão Estadual para as agências que venderem pacotes de Mato Grosso. O pagamento não ocorrerá pela promessa de venda, pela publicidade ou pela simples inscrição em uma feira. Ocorrerá apenas depois da chegada comprovada do turista e será calculado sobre a atividade efetivamente realizada no Estado, dentro de limite por visitante, orçamento anual e fórmula pública.

A comissão será financiada por uma parcela do ICMS incremental gerado pela própria viagem, quando

juridicamente possível e após a apuração da receita. O dinheiro não será entregue antes do resultado. Se não houver turista, não haverá complemento. Se o pacote não produzir atividade econômica comprovada, não haverá prêmio.

A regra vale para agência brasileira ou estrangeira que trazer visitantes, mas exigirá transparência, emissão de documentos fiscais, identificação do pacote, origem do turista, período da viagem, prestadores contratados e gastos realizados. A política não será subsídio permanente a intermediários. Será remuneração por venda comprovada de um produto mato-grossense.

Nenhum produto global funciona sem gente preparada para entregá-lo. Por isso, criaremos um programa de formação de naturalistas bilíngues do Pantanal, priorizando guias e trabalhadores locais. A formação incluirá inglês e espanhol, história natural, identificação de fauna e flora, interpretação ambiental, segurança embarcada, primeiros socorros, atendimento a turistas estrangeiros e comunicação intercultural.

A qualificação respeitará a legislação profissional. O exercício regular da atividade de guia depende de curso técnico e cadastro no Cadastur; o sistema registra categorias de atuação, segmentos e idiomas. O Estado

oferecerá a formação, facilitará o acesso ao cadastro e conectará os profissionais qualificados à Rede Global de Distribuição.

O turista que compra uma experiência do Pantanal não compra apenas um barco e uma fotografia. Compra a segurança de estar com alguém que conhece o rio, identifica a fauna, entende seu idioma e sabe explicar o território sem destruí-lo. Essa diferença aumenta o valor da viagem e deixa uma parte maior da renda no município.

A Rede Global será medida por resultados: pacotes vendidos, turistas recebidos, permanência média, gasto local, empregos criados, participação de empresas mato-grossenses, satisfação dos visitantes e retorno fiscal. A promoção que não gera chegada, consumo e renda será corrigida ou interrompida.

O Estado não será apenas o dono da paisagem. Será o responsável por fazer o mundo encontrá-la. E, quando o turista chegar, será um mato-grossense quem contará a história, conduzirá o barco, abrirá a pousada e receberá a renda.

Qualificação de Produtos Turísticos de Alto Valor

Mato Grosso já possui os atrativos. O que falta é transformar atrativo em produto, produto em experiência e experiência em renda. O visitante não paga apenas para olhar uma paisagem. Ele paga por segurança, conforto, acesso, interpretação, exclusividade e uma história que possa levar para casa.

Vamos criar um programa de Qualificação dos Produtos Turísticos de Alto Valor, reunindo a Chapada dos Guimarães, o Pantanal e a Transpantaneira em experiências completas, vendáveis e sustentáveis.

A Chapada dos Guimarães deixará de ser tratada apenas como passeio de fim de semana. O Parque Nacional possui 32.630 hectares, formações geológicas, sítios arqueológicos, cachoeiras, veredas e diversidade de fauna e flora. Essa base será transformada em um destino de aventura, bem-estar e contemplação, com hospedagens integradas à paisagem, balonismo, trilhas seguras, observação do céu, gastronomia regional e a Rota do Vinho da Chapada, com vinícolas de precisão, pousadas, degustações e experiências do vinhedo à mesa.

O Pantanal será qualificado como destino de observação da vida selvagem, pesca esportiva e cultura pantaneira. A pesca já movimentava pescadores profissionais, pousadas, pesqueiros, barcos-hotéis e comunidades ribeirinhas, como registra o estudo técnico do ICMBio sobre o Pantanal Norte. O Estado organizará o produto para que o turista não venha apenas pescar. Ele virá conhecer o rio, a fauna, a culinária, a pecuária tradicional e as comunidades que vivem daquele território.

A Transpantaneira será tratada como corredor turístico, não apenas como estrada. Ela terá pontes seguras, mirantes, sinalização, pontos de apoio, comunicação, manutenção, acesso emergencial e conexão entre pousadas, guias, barcos, restaurantes e experiências de observação. A estrada precisa conduzir o visitante pela paisagem, e não apenas atravessá-la.

A pesca esportiva de alto valor será organizada com licenciamento, regras de captura, períodos adequados, fiscalização, segurança e respeito às comunidades ribeirinhas. O crescimento do turismo não pode destruir o peixe que atrai o turista. O recurso natural é o produto. Se for consumido sem manejo, a atividade elimina o próprio mercado que pretende explorar.

Também criaremos um programa de Manejo de Alto Valor para Espécies Exóticas Invasoras. Não haverá caça recreativa de fauna nativa. O javali é uma espécie exótica invasora cujo controle é autorizado pelo Ibama sob regras específicas, com cadastro, autorização no Simaf, observância das normas e entrega de relatórios. O Estado apoiará equipes credenciadas, monitoramento técnico, segurança, rastreabilidade e destinação regular dos produtos, sempre fora de unidades de conservação ou em conformidade com seus planos de manejo.

A atividade de manejo não será uma licença para transformar a biodiversidade em espetáculo. Ela só existirá quando houver problema ambiental comprovado, autorização válida, supervisão competente e resultado mensurável no controle da espécie. Parte da receita deverá financiar monitoramento, conservação e renda local. A regra é simples: nenhum produto turístico pode destruir o patrimônio que o sustenta.

Cada destino terá um plano de produto. O plano definirá capacidade de carga, infraestrutura mínima, licenciamento, formação de operadores, acessibilidade, protocolos de segurança, calendário, preço, mercados prioritários e participação da população local. O governo apoiará a criação dos produtos, mas não substituirá os

empreendedores que deverão operá-los.

Os resultados serão medidos por visitantes, permanência média, gasto por turista, empregos locais, participação de pequenos negócios, satisfação, conservação da fauna e conservação dos atrativos. O número de visitantes, sozinho, não será considerado sucesso. Se o destino recebe mais gente e fica mais pobre, sujo ou inseguro, o produto fracassou.

A Chapada será uma experiência de altitude, vinho, aventura e bem-estar. O Pantanal será uma experiência de água, fauna, pesca e cultura. A Transpantaneira será o corredor que conecta essas riquezas ao mundo.

Mato Grosso não precisa vender natureza barata. Precisa entregar experiências raras, proteger o que as torna raras e fazer a renda permanecer onde a paisagem está.

Cuiabá: Centro de Negócios da América do Sul

Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul. Mas um ponto no mapa não é um centro de negócios. Centro de negócios é o lugar para onde as pessoas conseguem chegar, onde encontram estrutura para se reunir e onde

têm motivos para voltar.

Hoje, um empresário de Santa Cruz, Lima, Bogotá ou Assunção pode precisar viajar para São Paulo, Buenos Aires ou Lima para encontrar outro empresário sul-americano. Cuiabá ocupará esse espaço. Não por discurso geográfico, mas por conectividade, eventos, hotelaria, serviços e negócios realizados.

Vamos transformar Cuiabá no Centro de Negócios da América do Sul. O Estado articulará a construção de um complexo de eventos de classe mundial, capaz de receber congressos médicos, feiras empresariais, encontros do agronegócio, eventos científicos, reuniões diplomáticas, competições e grandes exposições.

O complexo não será um monumento vazio. Terá calendário, operador profissional, salas moduláveis, auditórios, pavilhões, tecnologia, tradução, acessibilidade, conexão digital, segurança, mobilidade e integração com hotéis, restaurantes, comércio e prestadores locais. O projeto só avançará com estudo de demanda, modelo de operação e demonstração de sustentabilidade financeira.

A estratégia será acompanhada de Diplomacia Aérea. O Governo do Estado trabalhará com a Prefeitura, a concessionária aeroportuária, companhias aéreas,

Embratur, operadores turísticos e entidades empresariais para abrir conexões diretas com capitais sul-americanas. As primeiras rotas serão escolhidas por demanda comprovada, potencial de negócios, conexão turística e capacidade de ocupar os voos durante todo o ano.

O combustível representa parte relevante do custo operacional de uma companhia aérea. Por isso, adotaremos o Querosene Zero por resultado: redução seletiva da carga tributária sobre o querosene de aviação para novas rotas e frequências estratégicas, sempre condicionada à entrega efetiva da companhia aérea.

A legislação já autoriza benefícios de ICMS para centros internacionais de conexões de voos e redução da base de cálculo do QAV. No Centro-Oeste, o Convênio ICMS 188/2017 prevê carga tributária mínima de 7% para a redução autorizada e condiciona o benefício a metas de frequência aérea. A proposta usará todos os instrumentos legais disponíveis e buscará novas autorizações quando necessárias. Não haverá benefício sem rota, voo, passageiro e conexão entregues.

O incentivo terá prazo, metas e cláusula de reversão. Se a companhia prometer uma rota e não cumprir a frequência, perderá o benefício. Se receber a redução e não entregar conectividade, devolverá a vantagem. A política

não pagará o combustível de uma empresa. Comprar, com controle, uma ligação que o Estado não possui.

Cada evento será avaliado pelo número de participantes, ocupação hoteleira, gasto turístico, contratos gerados, negócios realizados, empregos e receita fiscal. Cada rota será avaliada por frequência, passageiros, ocupação, conexões e custo público por resultado.

A Embratur já reconhece a promoção internacional e os eventos como instrumentos de geração de negócios, divisas e desenvolvimento territorial, além de prever planos de ação específicos para os estados. Mato Grosso não ficará esperando que o país inteiro descubra Cuiabá. Apresentará uma oferta pronta, venderá os eventos e disputará as rotas.

Cuiabá não será apenas uma cidade de passagem. Será o lugar em que a América do Sul se encontra para fazer negócios. O Pantanal será a experiência depois da reunião. A Chapada será o destino depois do congresso. E o dinheiro que hoje passa pelo Estado começará a permanecer nele.

Meio Ambiente

Desenvolvimento que recupera

Mato Grosso não precisa escolher entre produzir e preservar. Precisa parar de aceitar um modelo que produz riqueza enquanto abandona áreas degradadas, assoreia rios, perde fauna, aumenta o risco de incêndios e transforma o licenciamento em uma fila que não protege o ambiente nem dá segurança a quem trabalha.

O patrimônio ambiental não é um obstáculo ao desenvolvimento. É um ativo econômico. A água sustenta cidades, lavouras, indústria e turismo. A floresta em pé pode gerar produtos, serviços, crédito, conhecimento e renda. A fauna movimenta experiências turísticas que não podem ser reproduzidas em outro lugar. O solo recuperado produz sem exigir a abertura de uma nova área.

O Estado deixará de tratar o meio ambiente apenas como uma sucessão de proibições e autos de infração. Fiscalização é necessária, mas chega tarde quando o dano já aconteceu. A política ambiental precisa antecipar o incêndio, recuperar a nascente, orientar o produtor, acelerar o processo regular e alcançar o infrator antes que ele transforme a multa em custo da atividade.

Vamos produzir mais em áreas já abertas, recuperar o passivo ambiental, modernizar o licenciamento, fortalecer a fiscalização por risco e criar benefícios para quem cumpre a lei. Quem conserva precisa encontrar vantagem

econômica na conservação. Quem degrada precisa encontrar uma resposta rápida, certa e proporcional do Estado.

A gestão ambiental será organizada por território e por bacia hidrográfica. O rio não respeita limite municipal. O fogo não espera o encerramento do expediente. A fumaça não reconhece propriedade. Estado, municípios, produtores, comunidades, universidades e empresas terão de trabalhar sobre o mesmo mapa e assumir responsabilidades identificáveis.

O Estado ambiental também será um Estado inteligente. Processos digitais, análise de risco, imagens de satélite, sensores, inteligência artificial, dados abertos e escritórios regionais reduzirão a distância entre a decisão pública e o problema real. A tecnologia não substituirá o servidor nem o conhecimento local. Dará aos dois instrumentos para agir antes.

As cidades participarão dessa transformação. Arborização, reciclagem, coleta seletiva, energia limpa, recuperação de microbacias e prevenção de desastres não são ornamentos urbanos. São medidas de saúde, economia, segurança e qualidade de vida.

O turismo também será parte da solução. Parques

protegidos, rios vivos, fauna preservada e paisagens cuidadas formam produtos que geram renda sem retirar o patrimônio do território. A conservação não será uma promessa abstrata para o futuro. Será uma fonte de trabalho no presente.

Meio ambiente não é o contrário de desenvolvimento. O contrário de desenvolvimento é consumir o patrimônio e deixar a conta para os que vêm depois.

Mato Grosso produzirá, crescerá e recuperará. A riqueza não será medida apenas pelo que o Estado retira da terra, mas também pelo que consegue devolver a ela.

Produzir mais sem abrir novas áreas

Mato Grosso não precisa de mais terra. Precisa de mais produção por hectare.

A abertura de novas áreas costuma ser apresentada como condição para o crescimento. Não é. A própria Embrapa demonstra que sistemas como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta elevam a produtividade, diversificam a renda, melhoram o solo e reduzem a pressão pelo desmatamento. O problema não é a falta de território. É o desperdício do território que já foi aberto e perdeu

capacidade produtiva.

Vamos criar o Programa Estadual de Recuperação Produtiva de Áreas Degradadas. A prioridade será recuperar pastagens, solos e áreas produtivas degradadas, usando assistência técnica, crédito, análise do solo, correção da fertilidade, rotação de culturas, plantio direto, sistemas integrados, sistemas agroflorestais e recuperação de nascentes quando houver passivo hídrico.

O produtor não receberá uma cartilha e será abandonado diante do problema. O Estado organizará diagnóstico, projeto, assistência técnica, acesso a crédito, fornecimento de tecnologia e acompanhamento. A Embrapa já reconhece que a ILPF pode ser adaptada a pequenas, médias e grandes propriedades, conforme solo, clima, logística, mercado, mão de obra e capacidade do produtor. O programa será desenhado para a realidade de cada região, não para uma fazenda imaginária.

A regularização ambiental será parte do caminho. O proprietário poderá integrar o projeto ao CAR, ao PRA e ao PRADA, instrumentos que Mato Grosso já possui para recomposição, regeneração, compensação e acompanhamento por indicadores. O Estado deixará de tratar a regularização como papelada separada da produção. A área recuperada precisa produzir, e a

produção precisa respeitar o que a lei determina.

Haverá incentivo para quem recuperar. Mas não haverá prêmio para quem desmatar de novo. A adesão ao programa não apagará infração recente, não substituirá obrigação legal e não transformará dano ambiental em benefício privado. O recurso público financiará a transição, a assistência e a recuperação que produz resultado; a responsabilidade pelo dano continuará existindo.

O pagamento de incentivos será condicionado a indicadores verificáveis: área recuperada, aumento da lotação ou da produtividade dentro da capacidade do solo, redução de erosão, cobertura vegetal, infiltração de água, redução do risco de incêndio, cumprimento do projeto ambiental e ausência de nova supressão ilegal. Quem cumprir avançará. Quem abandonar o compromisso perderá o benefício.

O programa priorizará pequenos produtores, assentamentos, agricultores familiares e regiões onde a recuperação da produção possa gerar mais emprego e segurança alimentar. Nas médias e grandes propriedades, o Estado atuará por crédito, assistência técnica, pesquisa, certificação e indução econômica, sem substituir o dever privado de cumprir a legislação ambiental.

O Plano ABC já organiza tecnologias de baixa emissão que combinam recuperação de pastagens, ILPF, plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de dejetos com crédito, assistência técnica e regularização ambiental.³ Mato Grosso não precisa inventar uma promessa. Precisa executar essas tecnologias em escala estadual, com metas por região e prestação de contas.

A consequência é simples: se uma área degradada volta a produzir, o produtor ganha, o município ganha, a arrecadação ganha e a floresta que não precisou ser derrubada permanece em pé.

Mato Grosso será o Estado que aumentará sua produção sem aumentar sua fronteira. Produzir mais não será abrir mais. Será recuperar o que já temos.

Água e território vivos

A água não é um detalhe da paisagem. É a infraestrutura que permite a existência da cidade, da lavoura, da indústria, do turismo e da própria vida.

Quando uma nascente desaparece, o problema não fica na nascente. Chega ao rio, encarece o abastecimento,

reduz a produção, aumenta o conflito entre usuários e deixa o município mais vulnerável à seca e à inundação. Recuperar a água é mais barato do que substituir a água que se perdeu.

Vamos criar o Programa Água e Território Vivos, organizado por bacias hidrográficas. O Estado mapeará nascentes, matas ciliares, áreas de erosão, pontos de assoreamento, lançamentos poluentes e trechos sujeitos a escassez ou inundação. Cada bacia terá um plano de recuperação, com metas, responsáveis, cronograma e fonte de financiamento.

Mato Grosso já possui instrumentos para essa gestão. A Política Estadual de Recursos Hídricos criou o Sistema Estadual de Gerenciamento, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O Estado também possui comitês de bacia instalados. O problema não é inventar mais uma estrutura. É fazer as estruturas existentes decidirem, executarem e prestarem contas.

Os Comitês de Bacia serão fortalecidos como Parlamento das Águas. Usuários, municípios, produtores, comunidades, empresas, universidades e organizações ambientais participarão da definição das prioridades. A água não será administrada por quem chega primeiro ao

gabinete. Será administrada por quem vive na bacia e responde pelos seus efeitos.

O programa financiará a proteção e recuperação de nascentes, o recomposição de matas ciliares, o controle de erosão, a contenção de voçorocas, a recuperação de microbacias urbanas, a implantação de jardins de chuva e áreas de infiltração, a proteção de áreas de recarga e o monitoramento de qualidade e vazão.

Nas cidades, o rio deixará de ser tratado como canal de escoamento ou fundo de lote. As microbacias serão reurbanizadas com drenagem adequada, áreas verdes, parques lineares, proteção de margens, saneamento e caminhos de acesso. Uma cidade que esconde o rio aumenta o risco de enchente. Uma cidade que entende a sua bacia aprende a conviver com a água.

No campo, o Estado combinará assistência técnica, regularização ambiental e incentivo por resultado. O produtor que proteger a nascente, reduzir a erosão e conservar a mata ciliar receberá apoio para manter a prática. O usuário que poluir ou desviar água fora das regras enfrentará fiscalização, correção e sanção. Não haverá pagamento para cumprir o mínimo legal quando a lei já impõe uma obrigação; haverá apoio para acelerar a recuperação e reconhecer o serviço ambiental

comprovado.

A qualidade e a quantidade da água serão monitoradas em uma rede pública integrada. Os dados de vazão, qualidade, outorgas, pontos críticos e obras financiadas serão publicados por bacia. O cidadão saberá qual rio está sendo recuperado, quanto foi investido e quem é responsável pelo resultado.

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos será usado com prioridade definida em planos de bacia e seleção pública de projetos. A cada ano, o Estado publicará metas de recuperação, redução de sedimentos, proteção de nascentes, qualidade da água e redução de pontos críticos. Obra sem manutenção não será considerada recuperação.

A consequência é inevitável: uma política de água precisa começar onde a água nasce, atravessar o território e chegar viva ao rio. Não adianta inaugurar uma estação de tratamento na foz enquanto a nascente continua desprotegida e o solo continua descendo para a calha.

Mato Grosso será o Estado que tratará a água como patrimônio, infraestrutura e oportunidade. Rio vivo não é paisagem. É produção, saúde, segurança e futuro.

Estado Ambiental Inteligente

O Estado não protege o meio ambiente quando demora para analisar tudo. Protege quando identifica o risco, responde ao empreendimento regular e chega primeiro ao infrator.

Hoje, a SEMA já possui CAR Digital, SIMCAR, SIGA, SIGA Hídrico, SIMGEO, SISFLORA, alertas de desmatamento, consulta de processos, outorga e licenças simplificadas. O problema é que ter sistemas não basta. Se os dados não conversam, o cidadão continua repetindo documentos, o analista continua procurando informação em bases separadas e o infrator continua encontrando tempo para esconder o dano.

Vamos criar o Estado Ambiental Inteligente. Os sistemas serão integrados em uma única jornada digital, com número único de processo, checklist público, pendências claras, prazos visíveis, responsável identificado e histórico completo de decisões. O interessado saberá o que falta. O servidor saberá o que deve analisar. A sociedade saberá o que foi autorizado e sob quais condições.

A análise será organizada por risco. Processos completos e de baixo impacto terão procedimento simples e prazo definido. Empreendimentos de impacto médio receberão análise técnica proporcional, vistoria quando necessária e condicionantes verificáveis. Grandes empreendimentos e atividades de alto risco continuarão sujeitos a estudos aprofundados, participação pública, outorga e fiscalização permanente.

Essa não é uma flexibilização disfarçada. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso reconheceu que o licenciamento é instrumento de controle e que a proteção ambiental exige o exercício preventivo do poder de polícia. A proposta é fazer esse poder chegar ao lugar certo: menos tempo gasto em processo simples e mais capacidade dedicada ao empreendimento que pode produzir dano relevante.

A inteligência artificial será usada para organizar documentos, identificar inconsistências, cruzar mapas, comparar imagens de satélite e indicar áreas de risco. Não decidirá sozinha sobre licença, infração ou sanção. A decisão permanecerá motivada, assinada por servidor competente, sujeita a recurso e disponível para controle.

A fiscalização deixará de depender apenas da denúncia ou da visita eventual. Alertas de satélite, histórico do imóvel, CAR, outorga, licenças, autos de infração, notas

fiscais florestais e imagens de campo formarão uma inteligência territorial. O Estado fiscalizará primeiro onde o risco e os indícios forem maiores.

A SEMA será regionalizada de verdade. As unidades de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Confresa, Guarantã do Norte, Juína, Rondonópolis, Tangará da Serra e Sinop receberão capacidade técnica, equipamentos e autonomia operacional compatíveis com o território que atendem. Não faz sentido analisar a realidade de uma bacia distante apenas pela tela de um escritório central, quando o servidor regional conhece a estrada, o rio e o produtor.

O licenciamento também terá pós-licença. Condicionante não será uma frase esquecida no processo. Cada obrigação terá prazo, indicador, documento de comprovação e verificação. A licença será acompanhada durante a vida do empreendimento, e não apenas no dia em que é concedida.

Os indicadores serão públicos: tempo médio por tipo de processo, estoque de pendências, taxa de decisões dentro do prazo, número de alertas respondidos, autos mantidos após recurso, áreas recuperadas, reincidência e custo de fiscalização por resultado. Processo parado não será confundido com proteção ambiental. Auto anulado por erro de procedimento não será confundido com

impunidade.

O melhor argumento contra a modernização é dizer que tecnologia acelera o licenciamento e, por isso, destrói o ambiente. O argumento falha porque demora não é análise e papelada não é fiscalização. Um Estado que leva anos para responder ao produtor regular e não detecta o infrator apenas distribui insegurança para quem cumpre e tempo para quem descumpre.

Mato Grosso terá um Estado ambiental mais rápido para o cidadão correto e mais difícil para quem degrada. A licença chegará antes do atraso. A fiscalização chegará antes do dano. E a decisão pública deixará de ser uma caixa-preta.

Cidades limpas: resíduos que viram renda

Lixo não desaparece quando sai da frente da nossa casa. Apenas muda de lugar. Se o Estado não separa, trata e reaproveita, paga duas vezes: primeiro para recolher; depois para esconder o problema em um aterro ou em um depósito irregular.

Vamos criar o Programa Mato Grosso Circular, com coleta seletiva gradual, unidades regionais de triagem,

compostagem de resíduos orgânicos, logística reversa e contratos públicos com cooperativas e associações de catadores.

O programa começará pelos municípios-polo e avançará por consórcios intermunicipais. Nem toda cidade precisa construir sozinha uma central de triagem, comprar caminhões e manter uma estrutura que não consegue ocupar. Municípios próximos podem dividir equipamentos, transporte, aterro, compostagem e comercialização. O Estado apoiará a formação dos consórcios, financiará a estrutura inicial e cobrará metas publicadas.

Os catadores não serão tratados como parte invisível da paisagem urbana. Serão reconhecidos como trabalhadores que prestam serviço ambiental. As cooperativas receberão apoio para regularização, equipamentos de proteção, prensas, balanças, esteiras, capacitação, segurança e contrato de prestação de serviço. A remuneração não dependerá apenas do preço instável do material vendido; incluirá o serviço de coleta, triagem e recuperação que reduz o custo do município.

Mato Grosso já possui organizações locais que podem ser fortalecidas. Em edital federal de apoio a catadores, aparecem a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis, de Chapada dos Guimarães, e a Associação de

Catadores de Materiais Recicláveis de Cáceres. O Estado não começará desenhando uma política para um catador abstrato. Começará ouvindo e equipando quem já trabalha.

A coleta seletiva será organizada por etapas. Primeiro, os municípios definirão rotas, frequência e pontos de entrega. Depois, a separação será ampliada para bairros, escolas, feiras, órgãos públicos, empresas e grandes geradores. Os resíduos orgânicos terão tratamento próprio, com compostagem e uso agrícola quando houver segurança sanitária. O que não puder ser reciclado será destinado conforme a legislação, sem descarte clandestino.

O Estado usará o SINIR como referência de transparência e integração. O sistema nacional já reúne informações sobre gestão de resíduos e possui módulos para estados e municípios, Manifesto de Transporte de Resíduos, inventário, logística reversa e cadastro de cooperativas. Cada município deverá publicar quanto coleta, quanto separa, quanto recicla, quanto envia ao aterro e quanto paga pelo serviço.

A indústria e o comércio também participarão. A logística reversa não é favor do município; é responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do

produto. O Estado organizará acordos setoriais, fiscalização de grandes geradores e canais para que embalagens, pneus, eletrônicos, lâmpadas, medicamentos e outros resíduos tenham destinação adequada.

A objeção mais comum é dizer que a coleta seletiva custa caro. A coleta desorganizada também custa. A diferença é que o modelo atual paga para transportar matéria-prima até o aterro e depois paga para lidar com a contaminação, o mau cheiro, os vetores e a perda de renda. A economia circular transforma parte dessa despesa em trabalho, indústria, adubo, energia e matéria-prima.

O desempenho será medido por indicadores simples: cobertura da coleta seletiva, toneladas triadas, renda média dos cooperados, número de trabalhadores protegidos, resíduos orgânicos compostados, redução do envio a aterros, eliminação de pontos de descarte irregular e custo por tonelada recuperada. Programa que não mede não sabe se limpa a cidade ou apenas desloca o lixo.

Mato Grosso terá cidades em que o resíduo não será o fim de uma cadeia, mas o começo de outra. O que hoje suja a rua poderá gerar renda. O que hoje ocupa o aterro poderá voltar à indústria. E quem sempre trabalhou recolhendo o que os outros descartam poderá finalmente ser reconhecido pelo valor do serviço que presta.

Infraestrutura

Diminuir distâncias

Mato Grosso produz longe dos portos, mora longe dos serviços e trabalha separado das oportunidades. A distância não é apenas uma característica geográfica. É um custo que aparece no preço do alimento, no frete, no salário, na consulta médica perdida, na escola inacessível e no comércio que não consegue competir.

Infraestrutura é a maneira pela qual o Estado transforma território em possibilidade. Uma estrada aproxima. Uma ponte não interrompe. Uma ferrovia reduz o frete. Uma hidrovía transforma a água em caminho. Um aeroporto encurta o tempo. A energia permite produzir. A internet permite trabalhar onde antes só era possível esperar.

Mas obra pública não é sinônimo de desenvolvimento. O BRT que não respeita a largura das avenidas, o hospital que alaga poucos dias depois de inaugurado, a obra que se arrasta, encarece e não entrega o serviço prometido provam o contrário: quando falta projeto, fiscalização e manutenção, a infraestrutura deixa de ser solução e passa a ser dívida.

O problema de Mato Grosso não é apenas construir mais. É construir o que resolve, no lugar certo, com custo conhecido, prazo público e manutenção garantida. Antes da placa de inauguração, haverá estudo de demanda,

projeto executivo, análise ambiental, orçamento independente e responsável pela operação. Depois da entrega, haverá fiscalização, manutenção e avaliação do serviço.

Nossa infraestrutura também não servirá apenas para levar a produção para fora. Ela deverá trazer fertilizante, energia, tecnologia e indústria para dentro; conectar o interior aos hospitais e às escolas; aproximar moradia, trabalho e comércio; proteger as cidades das chuvas; e permitir que os municípios tenham acesso a água, saneamento, conectividade e oportunidades.

Mato Grosso precisa de uma malha que conecte pessoas, produção e futuro. Rodovias, pontes, ferrovias, hidrovias, aeroportos, energia, fibra, saneamento e mobilidade não serão tratados como obras separadas, mas como partes de uma mesma estratégia de desenvolvimento.

A pergunta que orientará cada projeto será simples: o que esta infraestrutura conecta, quanto ela reduz e quem será responsável por mantê-la? Se não conectar pessoas, serviços, produção ou oportunidades; se não reduzir custo, tempo ou risco; ou se não tiver manutenção definida, não será prioridade.

Mato Grosso precisa de uma infraestrutura que permaneça depois da fotografia, funcione depois da inauguração e melhore a vida depois do discurso.

PROPOSTAS:

Mato Grosso Multimodal

Mato Grosso não tem um problema de falta de produção. Tem um problema de distância, dependência e caminho único. Quando quase tudo precisa passar pela rodovia, qualquer chuva, ponte interditada, congestionamento ou aumento do diesel vira aumento de frete. O produtor paga. A indústria paga. O consumidor paga.

Um Estado que produz milhões de toneladas não pode continuar escolhendo o transporte como quem escolhe o último caminho disponível. Cada carga tem um caminho mais eficiente. O grão de longa distância pede ferrovia ou hidrovia. O alimento perecível pede velocidade. O fertilizante precisa chegar no sentido contrário ao da exportação. A emergência médica precisa de estrada, aeroporto e comunicação. O problema não é escolher entre os modais. É fazer com que eles funcionem juntos.

Vamos criar o Plano Mato Grosso Multimodal, com uma carteira integrada de rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos secos e terminais de transbordo. O Estado não construirá todos esses ativos sozinho. Fará o que nenhum projeto isolado consegue fazer: organizar demanda, áreas, acessos, licenças, conexões, regras de passagem, contratos e carga suficiente para que a rede funcione.

A rede ferroviária será tratada com realismo. A Ferronorte já conecta parte do Estado ao Porto de Santos. A ferrovia estadual Senador Vicente Vuolo está em implantação. A FICO e a Ferrogrão dependem de articulação federal, licenciamento, investimentos e segurança jurídica. O Governo de Mato Grosso não prometerá entregar sozinho o que pertence à União ou à iniciativa privada. Fará sua parte: defenderá as conexões, organizará os acessos, preparará terminais, protegerá faixas de domínio e exigirá que a expansão ferroviária gere concorrência, carga de retorno e redução de frete.

O trem não pode servir apenas para levar soja para fora. A ferrovia precisa trazer fertilizante, máquinas, combustíveis, peças e produtos industrializados para dentro. Por isso, cada novo terminal será planejado com duas perguntas: o que sai por ele e o que volta por ele?

Sem carga de retorno, a economia paga o frete dos dois sentidos.

A Hidrovia do Paraguai também será incorporada à rede. O corredor possui 3.442 quilômetros navegáveis entre cinco países e, no trecho brasileiro, alcança 1.272 quilômetros entre Cáceres e a confluência com o Rio Apa. O tramo norte, entre Corumbá e Cáceres, exige embarcações menores por causa das ilhas, do assoreamento e da sinuosidade. Isso não elimina a hidrovia. Define o tipo de embarcação, o terminal e a engenharia que podem funcionar.

Cáceres será planejada como porta fluvial de Mato Grosso, mas nenhum projeto de navegação será feito contra o Pantanal. A expansão dependerá de monitoramento hidrológico, sinalização, governança com os países da Bacia do Prata, proteção ambiental e demonstração de navegabilidade e demanda. O rio não será tratado como uma linha desenhada no mapa. Será tratado como um sistema vivo que precisa continuar funcionando.

Os terminais intermodais serão instalados onde houver produção, consumo, ferrovia, hidrovia, acesso rodoviário e viabilidade de operação. O Estado organizará áreas, acessos, licenças e padrões de funcionamento; a operação

poderá ser delegada a empresas especializadas mediante contratos transparentes, metas de tempo e preço, acesso não discriminatório e fiscalização pública.

A rodovia continuará sendo indispensável. Ela será o primeiro e o último trecho de quase toda cadeia logística. Por isso, o plano incluirá manutenção preventiva, pontes, drenagem, sinalização, pesagem, segurança viária, acessos aos terminais e rotas permanentes para serviços públicos. A ferrovia não substitui a estrada que leva o paciente ao hospital. A hidrovia não substitui a ponte que liga o distrito à escola. A multimodalidade começa quando cada modal cumpre bem a função que lhe cabe.

A aviação regional completará a rede. Aeroportos em polos regionais não serão tratados como obras isoladas, mas como equipamentos de saúde, negócios, turismo, defesa civil e integração territorial. Incentivos a voos deverão ter metas de frequência, ocupação, preço e permanência da rota. O Estado não pagará por avião vazio; pagará, quando necessário, para criar conexão que produza serviço público e atividade econômica mensurável.

O Plano Mato Grosso Multimodal terá um painel público com tempo médio de viagem, custo por tonelada, fila e tempo de transbordo, ocupação dos terminais, carga

de retorno, pontos de interrupção, acidentes, manutenção e preço do frete por corredor. O Portal de Dados MT já reúne mapas de obras, situação física e financeira e painéis de infraestrutura; essa base será convertida em instrumento de decisão, não em vitrine de inaugurações.

A objeção mais fácil é dizer que um plano multimodal custa bilhões. A resposta é que a ausência de integração também custa bilhões todos os anos, espalhados em fretes maiores, caminhões parados, estradas destruídas, acidentes, combustível desperdiçado e insumos que chegam mais caros. A diferença é que o custo da desorganização não aparece em uma placa de obra. Aparece no preço de tudo.

É preciso lembrar ainda que transformar a matriz logística de um estado não é trabalho de uma gestão, é norte que precisa ser iniciado agora, mas continuado por décadas.

Mato Grosso não será apenas o lugar onde a produção começa. Será o lugar onde a carga muda de modal, onde o insumo chega, onde a indústria se instala, onde o serviço se presta e onde parte maior do valor permanece. A rede será julgada por três resultados: frete menor, tempo menor e riqueza maior dentro do Estado.

Infraestrutura para a vida regional

Mato Grosso tem municípios onde o Estado chega por uma estrada que desaparece na chuva, por uma internet que cai quando mais se precisa dela e por um sistema de saúde que depende de uma viagem de horas. Nesses lugares, infraestrutura não é uma abstração econômica. É a diferença entre chegar ou não chegar.

Vamos criar o Pacto de Infraestrutura para a Vida Regional, com Estado e municípios definindo, por localidade, o conjunto mínimo de condições para viver, estudar, trabalhar e ser atendido com segurança. O pacto terá metas por município, distrito, assentamento e comunidade isolada. Não haverá uma promessa genérica de “levar desenvolvimento”. Haverá uma lista pública do que falta, prazo para entregar, custo estimado e responsável pela manutenção.

A primeira tarefa será mapear o tempo real de acesso. Quanto tempo uma família leva para chegar à escola? Quanto tempo uma ambulância leva até o hospital de referência? Quantos dias uma comunidade fica isolada no período de chuva? Quantas horas por dia existe energia estável? Qual a velocidade e a disponibilidade real da

internet? Sem responder a essas perguntas, o governo mede obra. Não mede vida.

A segunda tarefa será garantir água e saneamento compatíveis com cada território. Cidades médias precisam de redes e tratamento dimensionados para seu crescimento. Comunidades rurais e isoladas precisam de soluções seguras, simples de operar e com manutenção definida: poços, sistemas comunitários, reservatórios, tratamento local, soluções individuais adequadas e coleta de resíduos. O SNIS já reúne dados anuais de água, esgoto, resíduos sólidos e águas pluviais; esses dados serão usados para pactuar metas e acompanhar a desigualdade entre municípios.

A terceira tarefa será levar energia confiável para onde a produção e a vida já existem. A expansão da rede trifásica atenderá propriedades, agroindústrias, sistemas de irrigação, unidades de saúde, escolas e comunidades que hoje não conseguem ampliar sua atividade por falta de capacidade elétrica. Onde a extensão da rede não for a solução mais racional, serão usados sistemas híbridos, geração solar, armazenamento e redes locais, com operação e manutenção contratadas.

Conectividade também será tratada como serviço essencial. A fibra óptica estadual é apenas a estrada

principal. O cidadão precisa da última milha: a escola conectada, o posto de saúde que consegue fazer telessaúde, o produtor que acessa mercado, o estudante que consegue estudar e o município que consegue prestar serviço digital. O programa usará faixas de domínio, compartilhamento de infraestrutura, torres, rádio, fibra, satélite e soluções locais, conforme a geografia e o custo de cada comunidade.

A aviação regional terá uma função que não cabe apenas no turismo. Aeródromos funcionais reduzem o tempo de resposta em emergências médicas, incêndios, enchentes, fiscalização e defesa civil. O Estado apoiará a regularização, a segurança operacional, a manutenção mínima e a integração dos aeródromos estratégicos com hospitais, serviços de emergência e polos econômicos. Incentivo a voo só permanecerá quando houver demanda pública ou econômica demonstrada, meta de frequência e preço monitorado.

As estradas regionais serão avaliadas pelo serviço que prestam. Uma rota que liga uma fazenda a um porto pode ser importante. Uma rota que liga uma comunidade a uma escola ou a um hospital também é. O critério será a combinação de população atendida, tempo de acesso, importância para saúde e educação, produção, segurança,

risco de isolamento e custo de manutenção. Pontes, drenagem e sinalização entrarão no mesmo contrato da estrada quando a interrupção de um deles interromper o serviço inteiro.

A objeção será dizer que não há dinheiro para levar tudo a todos. A resposta é que o Estado não precisa prometer a mesma solução em todo lugar. Precisa garantir o mesmo direito de acesso. Uma rede de esgoto pode ser a solução em uma cidade. Em uma comunidade isolada, pode ser um sistema local bem operado. A igualdade está no serviço prestado, não na repetição de uma obra que não cabe no território.

O pacto terá um painel público com cinco indicadores principais: tempo de acesso a saúde e educação, dias de isolamento, horas de energia disponível, disponibilidade de água segura e conectividade efetiva. Cada município terá uma linha de base e uma meta. Obras sem manutenção perderão prioridade para novas expansões até que o serviço volte a funcionar.

A infraestrutura regional não será inaugurada apenas para aparecer no mapa. Ela será construída para que o mapa deixe de decidir quem pode estudar, produzir, ser atendido e viver com dignidade. O Estado chegará a todos os municípios não apenas por meio de uma placa, mas por

meio de uma estrada que permanece, uma rede que funciona, uma água que chega, uma escola conectada e um serviço que pode ser alcançado a tempo.

O Outro Destino de Mato Grosso

Mato Grosso não nasceu para ser apenas o lugar onde a riqueza é produzida e embarcada. Não nasceu para vender grãos, comprar fertilizantes caros, importar tecnologia e assistir de longe à prosperidade dos outros. Também não nasceu para que seus trabalhadores sejam pobres em um Estado rico.

O primeiro passo do nosso projeto é simples de dizer e difícil de ignorar: reduzir o custo de viver. Comida barata, combustível barato, moradia possível, energia acessível e servidor sem a corda no pescoço não são o destino final. São a faísca.

Quando a família paga menos para comer, morar, abastecer o carro e manter a casa, sobra renda. Quando sobra renda, o dinheiro volta para o comércio local. O comércio vende mais, contrata mais e investe mais. A indústria encontra consumidores. A construção encontra demanda. O serviço encontra mercado. A primeira industrialização de Mato Grosso não começará com uma fábrica distante produzindo para fora. Começará com a vida cotidiana de quem mora aqui.

Essa renda excedente será o primeiro combustível do nosso desenvolvimento. Ela permitirá que o Estado deixe de ser apenas uma fazenda eficaz e se torne também uma economia de consumo, de transformação e de serviços.

Produziremos alimentos, mas também processaremos alimentos. Produziremos energia, mas também fabricaremos e operaremos as máquinas que usam energia. Produziremos riqueza, mas faremos a riqueza circular antes de sair.

Depois da redução do custo de vida virá o salto de ambição: a criação de um vale de serviços globais em Mato Grosso. Software, engenharia, contabilidade, design, saúde, educação, tecnologia, inteligência artificial, finanças e logística serão vendidos para o Brasil e para o mundo sem que o trabalhador precise deixar o Estado.

Mato Grosso tem espaço, energia, sol, jovens talentosos e uma posição geográfica que pode aproximar o Brasil dos países da América Latina. Cuiabá pode ser mais do que a capital de um Estado produtor. Pode ser uma ponte cultural, comercial e negocial entre o Brasil, a Bolívia, o Paraguai, o Peru, o Chile, a Argentina e o restante da América do Sul.

Essa ponte não será feita apenas de discursos e tratados. Será feita de voos, fibra óptica, domínio de idiomas, comércio, serviços financeiros, centros de eventos, universidades, hospitais, empresas de tecnologia e profissionais capazes de trabalhar para qualquer lugar do mundo. Cada conexão internacional que trazer clientes

para uma empresa mato-grossense será uma estrada econômica. Cada talento que vier para cá será uma indústria sem chaminé. Cada empresa global criada por um jovem daqui será uma nova fonte de renda que não depende da cotação da soja.

A atração de talentos não será um gesto de vaidade. Talento chama talento. Uma boa empresa atrai profissionais. Profissionais criam novas empresas. Novas empresas demandam serviços, moradia, educação, cultura e infraestrutura. A cidade melhora porque a economia melhora. A economia melhora porque a cidade se torna capaz de receber e formar pessoas.

Esse ciclo produzirá uma segunda industrialização. Primeiro, a indústria que atende o consumo de uma população que recuperou poder de compra. Depois, a indústria que fornece máquinas, insumos e tecnologia para a própria produção mato-grossense. Em seguida, os serviços complexos que vendem conhecimento para o mundo. A cada etapa, mais salários, mais negócios, mais arrecadação e mais capacidade de investimento.

Não queremos uma economia concentrada em poucos grupos, poucas cidades e poucos produtos. Queremos muitos negócios, muitos proprietários, muitas carreiras e muitas portas de entrada para a prosperidade. A

commodity continuará tendo seu lugar. Será um dos cheques de Mato Grosso. Mas não será o único. Uma economia livre não depende de um único pagador.

O trabalhador economicamente livre não é aquele que recebeu uma promessa de liberdade. É aquele que pode escolher onde trabalhar, consegue pagar suas contas, não entrega seu salário inteiro aos juros, encontra moradia, tem acesso à formação e pode abrir um negócio sem pedir licença a um barão. A liberdade econômica começa quando o cidadão deixa de viver no limite da sobrevivência.

Mato Grosso pode alcançar patamares de prosperidade comparáveis aos dos Tigres Asiáticos, não por copiá-los, mas por repetir a lição que os fez avançar: educação, infraestrutura, energia, disciplina de execução, indústria, tecnologia, comércio exterior e valorização do trabalho. Nenhum deles se tornou rico apenas vendendo matéria-prima. Todos construíram capacidades que antes não possuíam.

O nosso destino não será escolhido entre ser um Estado agrícola ou um Estado industrial, entre preservar a cultura local ou dialogar com o mundo, entre produzir commodities ou criar serviços. Mato Grosso pode fazer tudo isso, desde que a riqueza deixe de ser um lugar de passagem e passe a ser uma força de permanência.

Começaremos combatendo o custo de vida. Continuaremos criando renda. Usaremos essa renda para industrializar. Usaremos a industrialização para formar empresas. Usaremos empresas, educação e infraestrutura para atrair talentos. Usaremos talentos para vender serviços ao mundo. E usaremos essa nova riqueza para ampliar a liberdade de todos.

É esse o outro destino de Mato Grosso: um Estado que não apenas produz para o mundo, mas que também pensa, cria, transforma, negocia e lidera. Um Estado que não pede licença para prosperar. Um Estado em que a riqueza tem muitos donos, muitas formas e muitos caminhos para chegar à vida das pessoas.

Mato Grosso será grande não apenas pelo que tira da terra, mas pelo que é capaz de construir com aquilo que a terra lhe deu.

G O V E R N A D O R

Maurício
Coelho **33**

VICE

DR. WAGNER MALHEIROS